

NUNCA MAIS OUTRA VEZ



OBSERVATÓRIO
DO CLIMA

4 ANOS DE
DESMONTE
AMBIENTAL
SOB JAIR
BOLSONARO





Cenário de guerra: tão ciosos da “soberania nacional”, as Forças Armadas gastaram R\$ 550 milhões em operações irrelevantes na Amazônia

Sumário

00. Introdução	06
01. O oco da madeira: militares e cupinização institucional	10
1.1 Características, descrição e organização dos dados e do banco de dados	12
1.2 Do grego, <i>strategía</i>	14
1.3 Visualizando o desmonte	16
02. Promessas cumpridas	
2.1 Extinguir o MMA	25
2.2 Acabar com a “indústria da multa”	31
2.3 “Não demarcar um centímetro de terra indígena”	36
2.4 Sair do acordo de Paris	39
03. Indicadores de desempenho	
3.1 Desmatamento e emissões	43
3.2 Garimpo em terras indígenas	49
3.3 Bruno e Dom	56
3.4 Violência no campo	60
3.5 Embargos e descrédito internacional	65
04. Programas ambientais fake	
4.1 Floresta +	69
4.2 Lixão zero	71
4.3 Combate ao lixo no mar	73
4.4 Adote um parque	75
4.5 Programa de crescimento verde	77
4.6 Mercado de carbono	79
4.7 Poluição do ar	81

05. Segurando a boiada	
5.1 Vitórias no STF	82
5.2 Salles demitido, Bim afastado	85
5.3 Boiadas barradas no Congresso	87
5.4 Virando a página	91
5.5 Europa contra o desmatamento	94
06. Próximos capítulos	98

00.

Introdução

Nenhuma imagem sintetiza tão bem o que foram os quatro anos do governo de Jair Bolsonaro quanto a do terrorista de rosto coberto, exibindo uma edição original da Constituição de 1988, roubada do Supremo Tribunal Federal durante a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 8 de janeiro de 2023. Desde que tomou posse, em 2019, Bolsonaro buscou roubar e rasgar a ordem constitucional brasileira, tentando até o último minuto pavimentar o caminho para um golpe. Não fez isso sozinho: as Forças Armadas, derrotadas pela Constituição e expostas pela Comissão da Verdade, foram sócias majoritárias do empreendimento bolsonarista.

Como se os quase 700 mil mortos pela pandemia não fossem testemunho mais do que eloquente, o relatório do governo de transição mostrou a extensão da destruição praticada no aparato do Estado, em áreas que vão da cultura à saúde, passando por educação, ciência e direitos humanos e, claro, pelas investigações da Polícia Federal e pela tentativa de destruir o sistema eleitoral.



Sobrevivente: aviltada durante a tentativa de golpe aos três poderes, a Constituição resistiu - física e simbolicamente - aos quatro anos de destruição da Democracia do governo Bolsonaro

Um piloto do desmonte – e onde ele foi praticado com especial eficiência – foi a política ambiental. Sem condições políticas de executar seu plano inicial de fechar o Ministério do Meio Ambiente e fundi-lo com a Agricultura, Bolsonaro fez a segunda “melhor” coisa que podia: paralisá-lo na prática, tornando-o uma casca vazia. Para isso, entregou a pasta a um especialista em implosão de governança ambiental, o advogado paulistano Ricardo Salles. Em sua passagem pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Salles havia anulado a atuação do órgão, chegando a tentar vender unidades de conservação estaduais e alterando o plano de manejo de um parque para favorecer empresas.

No comando do Meio Ambiente, orientado pelo agrônomo Evaristo de Miranda, que chefiou a transição, Salles executou um plano que tinha como um de seus carros-chefes extinguir a governança climática brasileira. A proposta foi detalhada no relatório da equipe de transição e tinha o propósito declarado de excluir a sociedade civil das políticas. Segundo relatos de membros da equipe de transição, a condição imposta pelo auxiliar de Bolsonaro, o ruralista Nabhan Garcia, para nomear o ministro do Meio Ambiente foi que o candidato precisaria se comprometer a abandonar o Acordo de Paris. Salles aquiesceu, mas o governo acabou persuadido por representantes do próprio agronegócio de que não havia necessidade de uma medida tão drástica, que causaria estresse desnecessário com a comunidade internacional. Bastava não fazer nada para implementar o acordo.

Mas o bolsonarismo não se contentou em não fazer nada: Salles manietou o Ibama e o Instituto Chico Mendes, aparelhando os órgãos com policiais militares e desativando a fiscalização, mesmo que houvesse recursos disponíveis; congelou por quatro anos o Fundo Amazônia e o programa Floresta+, que somavam quase R\$ 4 bilhões para investir em desenvolvimento sustentável e monitoramento ambiental; destruiu e aparelhou o Conselho Nacional do Meio Ambiente, colegiado ambiental máximo do país; destruiu o processo de penalização ambiental do Ibama, introduzindo nele uma jabuticaba chamada “conciliação ambiental” que garantia a infratores impunidade eterna; revogou os Planos de Prevenção e Controle do Desmatamento, responsáveis principais pela redução de 83% da taxa de destruição da Amazônia entre 2004 e 2012; deixou o MMA com os menores orçamentos da administração direta em duas décadas; e entregou a vigilância da floresta às Forças Armadas, que torraram R\$ 550 milhões em três operações feitas para não funcionar.

O resultado, como sabemos, foi o maior crescimento percentual do desmatamento na Amazônia em um único mandato presidencial desde o início das medições com satélite: 60% em relação à média dos quatro anos anteriores. O descrédito internacional levou à paralisação do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia, à interrupção do processo de entrada do Brasil na OCDE e a embargos comerciais pontuais que, no entanto, não chegaram a impactar de verdade

o agronegócio – que apoiou Bolsonaro em peso na eleição de 2022.

A dimensão humanitária do governo da “boiada”, porém, só foi plenamente conhecida quando o silêncio imposto sobre a crise sanitária provocada pelo garimpo na Terra Indígena Yanomami foi quebrado, em janeiro de 2023. Além de ecocídio e aumento das emissões de gases de efeito estufa do país, o bolsonarismo produziu o genocídio dos povos indígenas. É preciso julgar as responsabilidades e punir os culpados.

Desde 2019, o Observatório do Clima vem produzindo relatórios anuais radiografando o desmonte da política ambiental. Este volume encerra a série, com um balanço de quatro anos.

Ao longo das próximas páginas, mostraremos como Jair Bolsonaro cumpriu diligentemente sua promessa de campanha de destruir a proteção socioambiental no Brasil. Atualizamos os “indicadores de desempenho” do regime, como a queda da execução orçamentária, a diminuição do número de multas do Ibama e o cancelamento de políticas públicas.

Fazemos, também, um exercício inédito, que joga luz sobre uma dimensão central do bolsonarismo enquanto modelo de gestão pública: o papel dos militares naquilo que a ministra do STF Cármen Lúcia chamou de “cupinização institucional”. Neste documento, analisamos três centenas de ações legais e infralegais do governo contra a atuação de cinco órgãos públicos ligados à agenda socioambiental (Incra, Funai, Ibama, ICMBio e Serviço Florestal Brasileiro). O estudo concluiu que todas elas seguem uma lógica idêntica de subversão, que pode ser explica-

da pelo uso de conceitos militares como “sabotagem institucional” e “conflito por procuração”.

Como todo empreendimento historiográfico, este documento e os três que o antecederam têm o objetivo de catalogar os eventos para que eles nunca mais se repitam.

01.

O Oco da Madeira: Militares e “Cupinização Institucional”

“Então pra isso precisa ter um esforço nosso aqui enquanto estamos nesse momento de tranquilidade no aspecto de cobertura de imprensa, porque só fala de Covid, e ir passando a boiada e mudando todo o regramento e simplificando normas.”

Ricardo Salles, 22/4/2020

Entre os anos de 2021 e 2022, um trabalho de pesquisa compilou diferentes iniciativas de monitoramento da “boiada”, como ficou conhecido o desmonte socioambiental praticado pelo governo Bolsonaro. Foram analisados relatórios feitos por entidades de classe, ONGs, indivíduos, associações de profissionais ligados à causa socioambiental, organizações indígenas e indigenistas, ao longo de três anos e meio. A curadoria dessas informações, complementada com mais de 20 entrevistas com membros dessas organizações, deu origem a uma base de dados dinâmica de atos normativos referentes ao desmonte.

Esse esforço joga luz sobre o método usado para implementar, deliberadamente, aquilo que a ministra do STF Cármen Lúcia chamou de “cupinização institucional”. E deixa claro, como se ainda coubesse dúvida, que não cabe falar de “má gestão” como causa da tragédia socioambiental brasileira no governo Bolsonaro. Há uma estratégia muito bem desenhada por trás do desmonte. E ela é militar.

Segundo nota técnica de Flávia Schmidt, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) (Schmidt, 2022^[1]), o número de militares nos cargos e funções civis aumentou 193% entre os anos de 2013 e 2021, com percentuais mais significativos para os cargos de nível 5 e 6, de mais alto poder decisório. De acordo com a autora, o Exército é a origem da maior parte dos ocupantes de cargos. A ocupação de cargos é uma das dimensões da militarização

do Estado. Só entre 2019 e 2020, houve um salto de 3.515 para 6.157 militares exercendo funções civis na administração pública federal.

Este relatório analisa dois eixos de formulação e implementação de políticas públicas: atos legais e infralegais relacionados às áreas socioambientais, particularmente aquelas ligadas à mudança e uso da terra, comunidades tradicionais e populações indígenas, e de desenvolvimento agrário; e táticas e estratégias intra-institucionais implementadas na área socioambiental, com impacto no uso da terra e desmatamento.

Dado o destaque e incremento da participação de militares em cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS, os principais cargos comissionados do poder executivo federal) descritos acima, parte do método de análise e classificação dos dados levantados considerou esta tendência inequívoca do governo Bolsonaro.

01. O Oco da Madeira: Militares e “Cupinização Institucional”

1.1 Características, descrição e organização dos dados e do banco de dados

Os dados do eixo **atos legais a infralegais** estão organizados da seguinte forma:

- Leis, PECs e Medidas da Presidência da República (PR);
- INCRA | MAPA;
- MJ | FUNAI;
- MMA;
- IBAMA;
- ICMBIO.

O corpo principal das informações está dividido da seguinte maneira:

- **ID:** código individual de identificação da entrada (entidade normativa) no banco de dados;
- **ÁREA GERAL:** área geral socioambiental com a qual a entrada (entidade normativa) está associada;
- **ATO:** natureza da entidade normativa;

- **ÓRGÃO:** instituição responsável pela emissão da entidade normativa;
- **DATA:** data na qual a entidade normativa foi editada representada em dia/mês/ano;
- **ANO:** ano base no qual a entidade normativa foi editada;
- **TEMA:** resumo sobre o assunto da entidade normativa, normalmente contido no subtítulo da norma;
- **CITAÇÃO:** resumo sobre a principal característica da norma (ação regulada pela norma);
- **LINK DO ATO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU):** endereço eletrônico onde encontra-se a norma.
- **LINK DOS MATERIAIS DE MONITORAMENTO:** endereço eletrônico onde encontra-se o material consultado.

Os dados do eixo de **táticas e estratégias intra-institucionais** têm como instituições foco MMA, Ibama, ICM-Bio, Mapa, Incra, MJ e Funai.

No monitoramento das **táticas e estratégias intra-institucionais**, a estrutura dos dados é diferente: o intuito foi levantar um corpo de evidências de estratégias sendo implementadas de forma organizada e interinstitucional, ou seja, em pelo menos algumas das agências socioambientais no âmbito do governo federal. Após um primeiro mapeamento de tais táticas e estratégias, foi feito um exercício preliminar de classificação do material encontrado.

Um segundo conjunto de informações está relacionado à fonte onde se encontram descritas e/ou analisadas as normas citadas. Este conjunto de informações está dividido da seguinte forma:

- **COMENTÁRIO DO AUTOR DO TRABALHO DE MONITORAMENTO:** quaisquer informações feita pelo autor do trabalho de monitoramento quanto ao conteúdo, possível impacto ou características da norma em questão;
- **ORGANIZAÇÃO:** entidade responsável pelo monitoramento e/ou publicação de material contendo apanhado de normas;
- **MATERIAL:** fonte onde consta o monitoramento e/ou publicação de material contendo apanhado de normas;

01. O Oco da Madeira: Militares e “Cupinização Institucional”

1.2 Do grego, *strategía*

Um primeiro mandato não seria suficiente para que o desmonte do Estado de direito fosse concluído. A manutenção de uma fachada democrática, no entanto, ocorreu ao mesmo tempo em que se estabeleceram as bases para o desmonte. A Ministra Cármen Lúcia, quando relatora do julgamento no STF sobre a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 760^[2] e a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 54 – que tratam do desmatamento na Floresta Amazônica –, se referiu ao conjunto de ações de gestão ambiental do governo Bolsonaro como “cupinização”. Entretanto, a metáfora não explica, sozinha, quais são as táticas e estratégias para que esse processo de cupinização aconteça.

Como classificar os atos e as estratégias implementados nos órgãos governamentais por um corpo de tomadores de decisão de origem militar ou muito alinhados com o campo militar, e em números nunca antes vistos após a redemocratização? Não havia expressões no léxico de formulação de políticas públicas que definissem com

precisão o que se testemunhava nos exercícios de monitoramento e compilação dos dados.

A análise das políticas públicas ambientais no governo Bolsonaro revelou a implementação de um conjunto de estratégias adaptadas de contextos não democráticos, de conflitos militares e de guerra. A consulta ao Glossário das Forças Armadas^[3] confirmou a pertinência do uso do léxico militar para classificar os atos e as táticas de desmonte do governo. Assim, termos como sabotagem e subversão foram trazidos para o contexto político atual. Ao serem associados com outros termos, evidenciam a transgressão da razão de ser de leis, cargos e órgãos de proteção ambiental.

Os atos infralegais e as estratégias intra-institucionais foram classificados de acordo com os itens abaixo:

- Ataque Legislativo
- Ataque Normativo e Regulatório
- Subversão das Instituições
- Sabotagem Institucional
- Subversão do Papel Constitucional das Instituições
- Cerceamento de Direitos Civis e Participação da Sociedade

Os itens abaixo foram utilizados apenas para estratégias intra-institucionais.

- Aparelhamento/Infiltração
- Operação de Desinformação
- Intimidação e Assédio
- Perseguição
- Conflito por Procuração

Um glossário contextualizou cada um dos termos de acordo com a sua origem e ressignificação para o atual momento, exemplificando sua aplicação em alguns casos considerados representativos.

Para os atos infralegais, foi criada uma classificação por área e subárea, descrita a seguir. Uma escala dividida nas categorias de Baixo, Médio e Alto impacto avaliou os resultados dos atos nessas áreas específicas.

- Política Nacional de Mudanças Climáticas
- Governança ambiental
- Política ambiental
- Crimes ambientais
- Recursos hídricos
- Óleo e gás
- Reforma agrária
- Regularização fundiária
- Política florestal
- Segurança pública
- Direitos e territórios indígenas
- Quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais
- Conservação de áreas protegidas

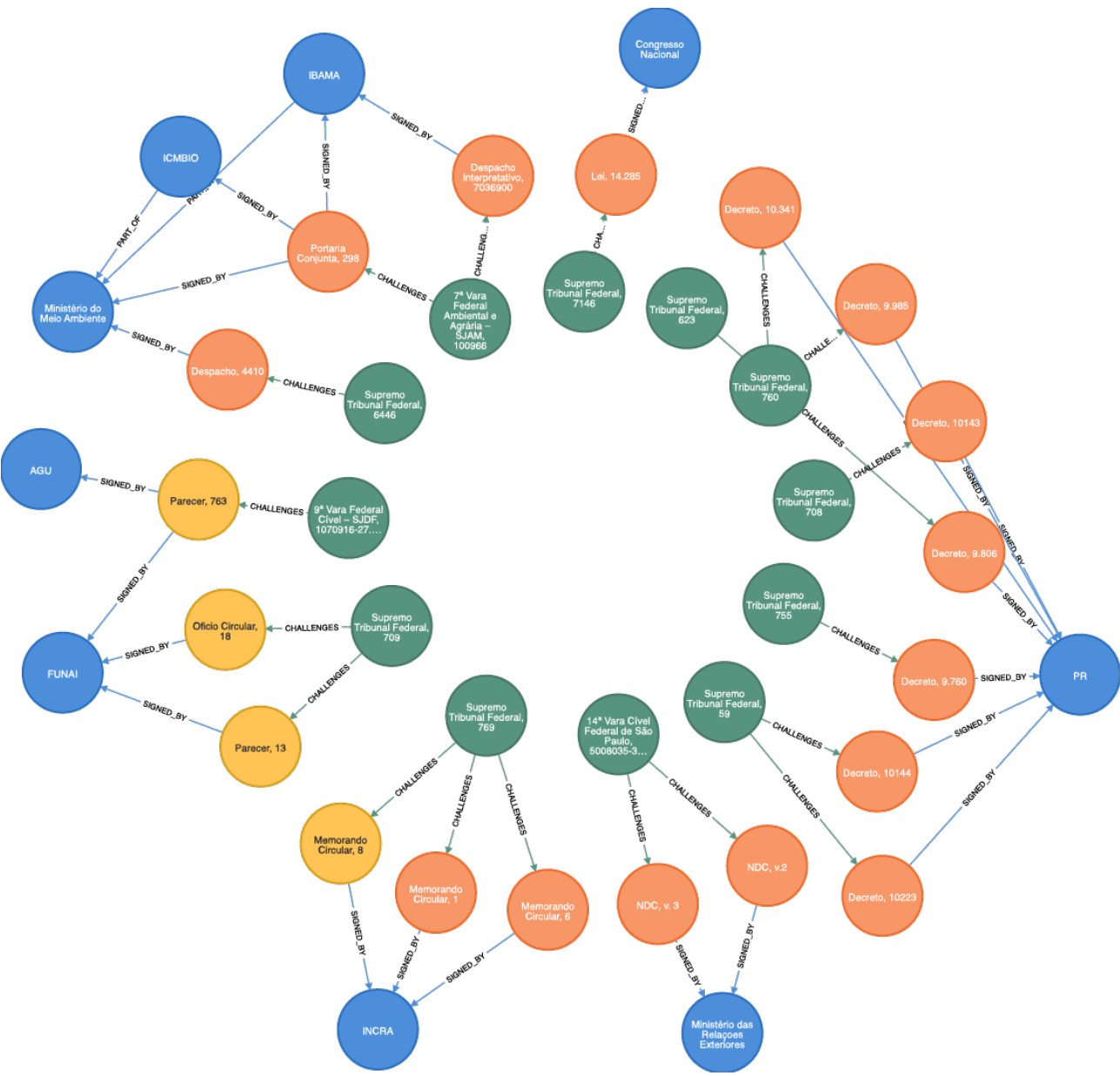
01. O Oco da Madeira: Militares e “Cupinização Institucional”

1.3 Visualizando o desmonte

Utilizamos a ferramenta Bloom^[4], da plataforma Neo4J^[5], que permite a visualização de aspectos como as relações entre as diferentes entidades, as correlações de impacto, distribuição e de proporções. É possível, ainda, acessar os dados específicos de cada entidade. A seguir, mostramos alguns cruzamentos feitos na base, que geraram grafos com visualizações por tipo de norma, órgão e modalidade de ataque institucional.

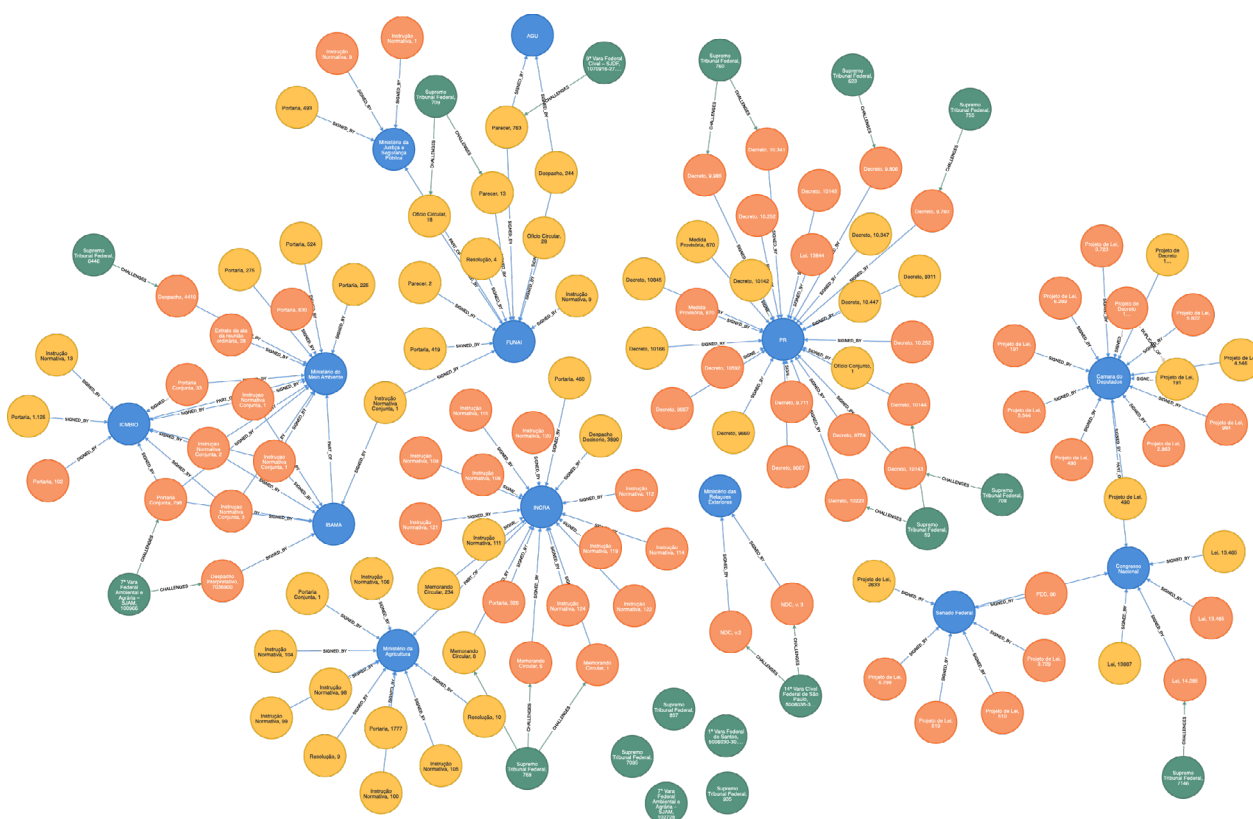
Na figura estão representados os 108 atos infralegais analisados, ligados aos respectivos órgãos (azul). Os nós amarelos são atos de médio impacto; os laranjas, de alto impacto.

A imagem mostra que há alguns polos de aglutinação: a Presidência da República (PR), com o maior número de atos, em sua quase totalidade Decretos, e em maior proporção de alto impacto (laranja). Ao lado direito, acima, pode-se identificar uma aglutinação (*cluster*) de três órgãos: ICMBio, Ibama e Ministério do Meio Ambiente (MMA).



Na imagem, o círculo de esferas verdes representa os processos que estão no STF. Apenas três ações de litigância, envolvendo os atos mapeados, não estão na Suprema Corte e encontram-se distribuídas em diferentes Varas Federais. Metade dos atos sob litigância no STF tratam de Decretos da Presidência da República. Os demais casos tratam de diferentes atos de diferentes instâncias.

Ao mesclarmos as duas informações e explorarmos a base, geramos a seguinte visualização, que permite identificar com maior clareza a localização dos focos de litigação.



O próximo grafo é obtido a partir da inserção de mais um componente na análise dos atos infralegais: os anos em que foram assinados – ou, no caso de projetos de lei, apresentados na legislatura/transferidos para a apreciação de uma das casas. Na imagem, os anos estão em cor rosa: 2002, 2007, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022 ao lado direito.

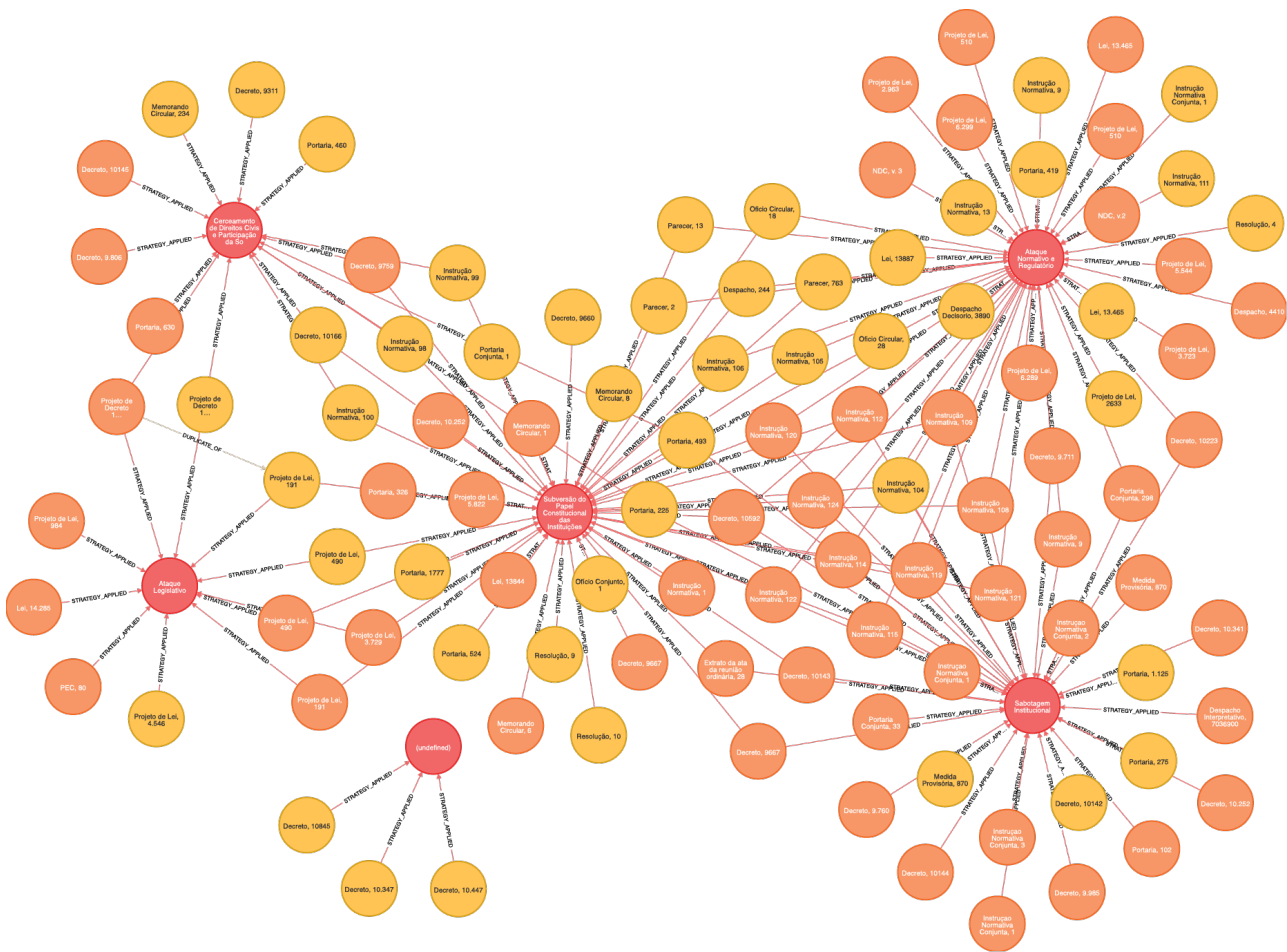
Os órgãos estão ao lado esquerdo, na ordem Ibama, MMA, ICMBio, PR, Mapa, Inbra, Ministério da Justiça, Funai e o pacote abaixo do Congresso, finalizando com o Ministério das Relações Exteriores e a AGU.

Nota-se que os períodos de maior atividade, para atos infralegais monitorados, foram 2019 e 2020 – com destaque para a Presidência da República, através de decretos. Estes também são os anos de mais intensa atividade no conjunto MMA, ICMBio e Ibama, período que coincide com a gestão de Ricardo Salles.

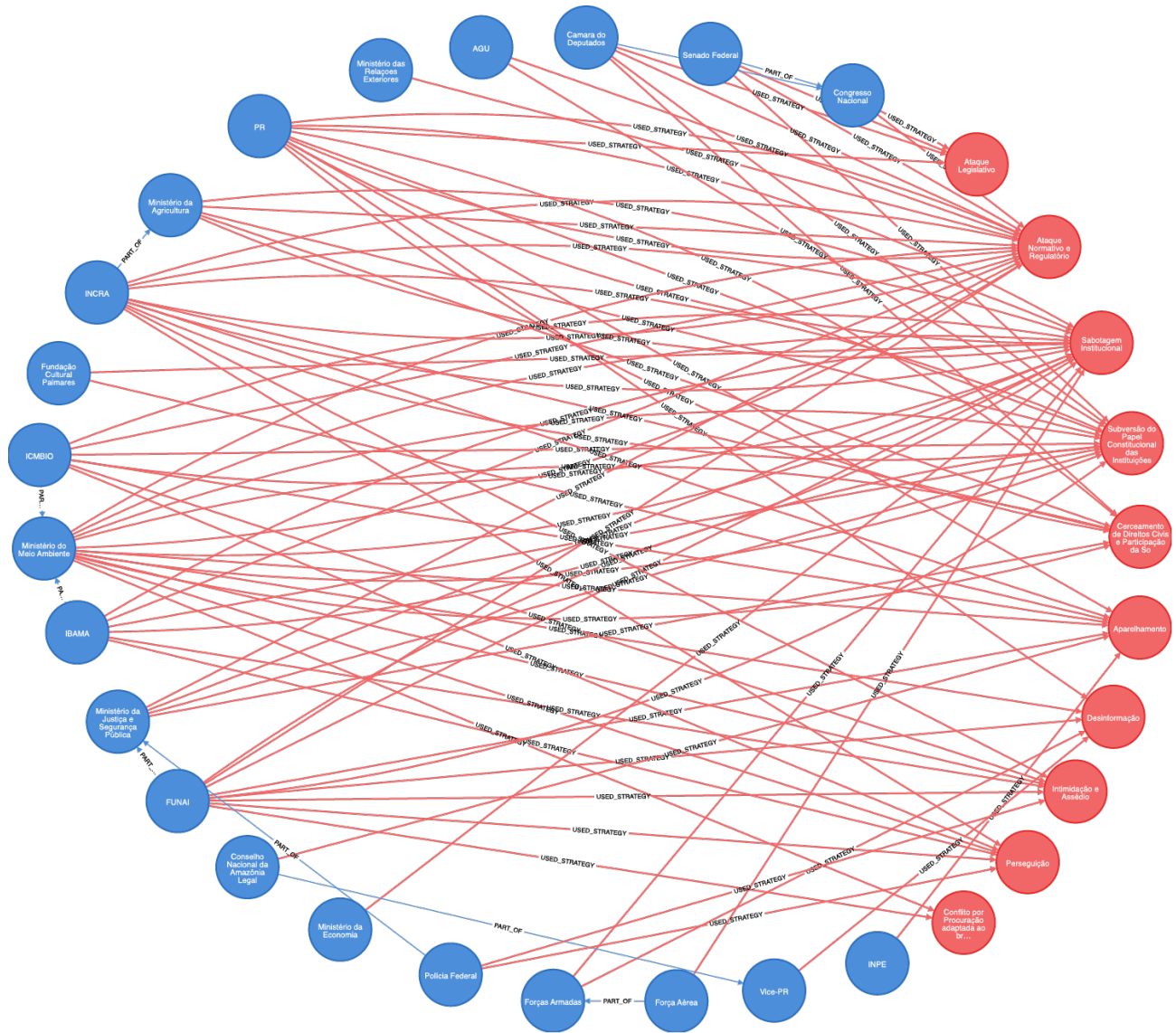
Para o Mapa e o Inbra, os atos estão distribuídos de maneira mais homogênea, à exceção de seis Instruções Normativas do Inbra editadas em 2022. Este grupo, classificado como de alto impacto, reúne as

A classificação de estratégias está descrita no item anterior. Na parte de atos normativos, identifica-se a aplicação das seguintes estratégias: Ataque Legislativo; Ataque Normativo e Regulatório; Sabotagem Institucional; Subversão do Papel Constitucional das Instituições; e Cerceamento de Direitos Cíveis e Participação da Sociedade.

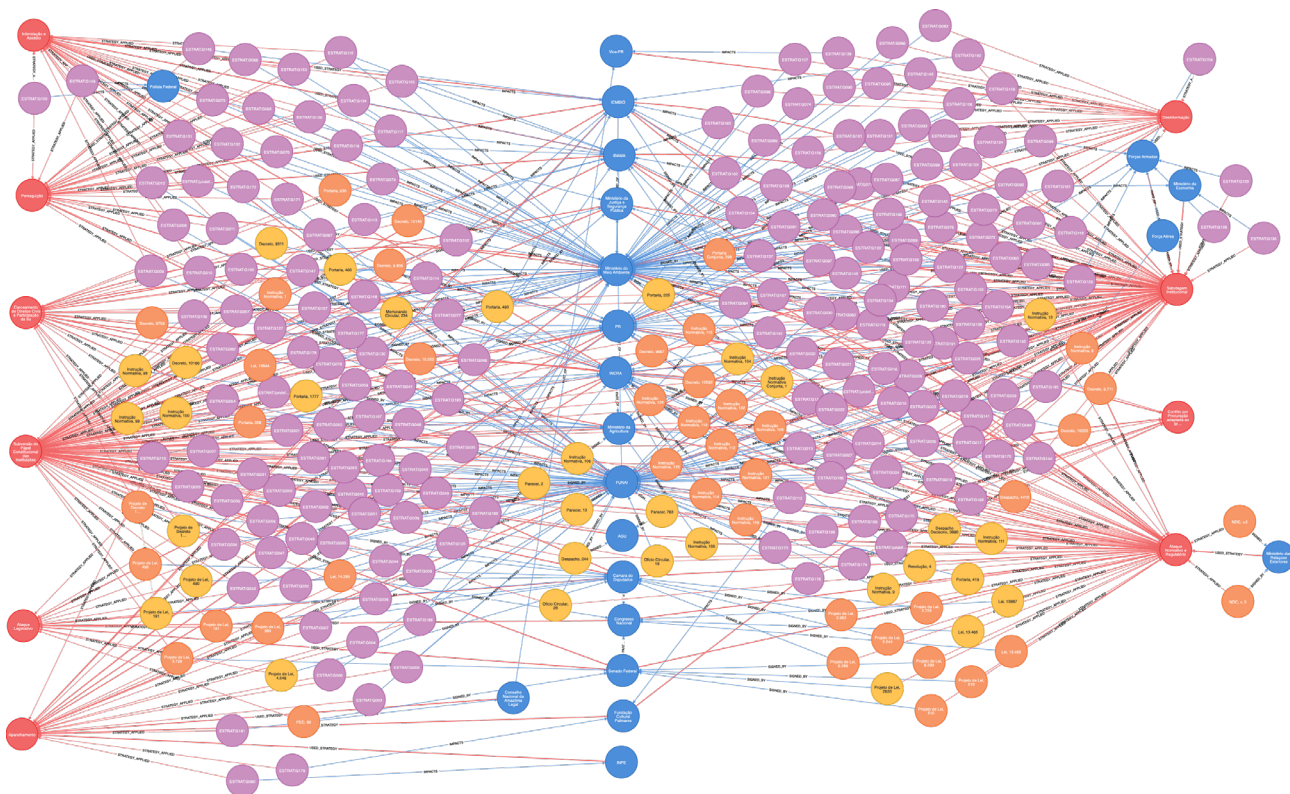
Na figura, é possível observar a disposição das três principais classificações dos atos normativos: Subversão do Papel Constitucional das Instituições, Sabotagem Institucional e Ataque Normativo.



Na visualização seguinte, cruzou-se o órgão do governo federal com a tipologia de ataque “cupinizante” usada, seguindo a classificação militar. A espessura das setas varia de acordo com o número de atos expedidos segundo cada tática. Nota-se, por exemplo, que no Ministério do Meio Ambiente a Sabotagem Institucional foi o principal instrumento, enquanto na Funai ela divide importância com a Subversão do Papel Constitucional.



Por fim, no último grafo, é possível visualizar todos os atos divididos por órgão do governo e classificados de acordo com a tática militar usada:



Os grafos gerados a partir da base de dados permitem a visualização e a análise de um conjunto complexo de atos legais e ilegais. A classificação dos atos em estratégias (ou táticas) só é possível usando linguagem que traduza os meios de destruição.

As duas estratégias mais comuns aplicadas tanto nos atos legais quanto nos ilegais são a sabotagem institucional e a subversão do papel constitucional das instituições. As estratégias de intimidação e perseguição só são aplicadas a atos administrativos.

O pessoal, as estratégias e a mentalidade militar por trás da cupinização podem ser depreendidos das correlações entre atos e estratégias.

A análise dos grafos demonstra que existe um conjunto coerente, organizado e transversal de estratégias para desconstruir – e destruir – as áreas da política de Estado, as organizações e os recursos humanos construídos no país nas últimas três décadas de regime democrático. As comunidades tradicionais, os povos indígenas, as terras e as florestas são os principais alvos dessas estratégias.

- [1] Schmidt, F. H. Presença de Militares em Cargos e Funções Comissionados do Executivo Federal. Ipea, Brasília 2022. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11211/1/NT_Presenca_de_militares_Publicacao_Preliminar.pdf

- [2] STF – STF começa a analisar as ações constitucionais sobre desmatamento na Amazônia. 30.03.2022 <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=484431&ori=1>

- [3] Glossário das Forças Armadas – MD35-G-01 5a. Edição/2015) https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/141/1/MD35_G01.pdf

- [4] <https://neo4j.com/product/bloom/>

- [5] <https://neo4j.com/>

- [6] InfoAmazonia – O truque de Bolsonaro para dizer que cuida do pequeno produtor rural. 14.10.2022 <https://infoamazonia.org/2022/10/14/bolsonaro-reforma-agraria/>

02.

Promessas Cumpridas

2.1 Extinguir o MMA

“Tínhamos a ideia de fundir o Ministério da Agricultura com o Meio Ambiente, depois chegamos à conclusão [de] que não era o caso, até conversando com muitos de vocês. E temos, hoje em dia, um ministro do Meio Ambiente que está casado com vocês.”

Jair Bolsonaro, 4/7/2019



Um homem e uma missão: nomeado para desmontar o MMA, Ricardo Salles deixaria o ministério investigado por nove crimes

Dissuadido pelo próprio agronegócio de fechar o Ministério do Meio Ambiente, como prometera fazer na campanha de 2018, Jair Bolsonaro adotou uma estratégia distinta para chegar ao mesmo lugar: promoveu o que ele chamou de “casamento quase perfeito” entre o MMA e o Ministério da Agricultura. O cupido desse relacionamento tóxico foi o antiministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles.

A desidratação do MMA sob Salles começou no primeiro dia de governo, quando foi publicada a Medida Provisória de reestruturação da pasta. De saída, o ministério perdeu duas autarquias sob sua responsabilidade: a Agência Nacional de Águas, que foi para o Desenvolvimento Regional, e o Serviço Florestal Brasileiro, que foi para a Agricultura. O SFB controla o Cadastro Ambiental Rural, principal instrumento de regularização ambiental de propriedades rurais. Colocá-lo nas mãos da Agricultura seria o equivalente a nomear um miliciano para dirigir a Polícia Federal. Assim foi feito. Também foi fechada a Secretaria de Mudança Climática, já que o ministro duvidava da contribuição humana para o aquecimento global e dizia que o verdadeiro problema ambiental do país estava nas cidades.

O início do mandato de Salles foi dedicado a produzir fumaça e espelhos (os programas sobre lixo no mar, poluição de veículos e “lixão zero”, que nunca foram muito mais que PDFs no site do ministério^{[1][2]}) e dinamitar qualquer possibilidade de controle social sobre a pasta. Nessa lógica, o ministro tentou com 15 dias de

mandato suspender por ofício convênios com ONGs^[3] (só para descobrir que não podia), depois ensaiou uma “devassa” no Fundo Amazônia, inventando uma mentira – a de que a Controladoria Geral da União (CGU) havia descoberto fraudes nos contratos (a própria CGU tratou de desmenti-lo)^[4]. Em março, baixou a lei da mordaza nas comunicações do Ibama e do ICMBio, proibindo funcionários das autarquias de responder à imprensa. No próprio ministério, os contatos com jornalistas passaram a ser centralizados pelo ministro – dali em diante, tornou-se padrão em reportagens a frase “procurado, o Ministério do Meio Ambiente não se manifestou”. Em abril, cancelou o programa de conversão de multas ambientais que aplicaria R\$ 1 bilhão em projetos de recuperação ambiental no Nordeste. No mesmo mês, no infame “revogação” da Casa Civil^[5], foram extintos mais de 20 colegiados da área ambiental, inclusive alguns de que Salles viria a precisar depois, como a Comissão Nacional de Redd+ e o comitê do plano de contingência para acidentes com petróleo. As vítimas mais famosas do ato foram os comitês orientador e técnico do Fundo Amazônia, o Cofa e o CTFA. Salles propôs refundá-los numa composição diferente, excluindo a sociedade civil. Os países doadores, Noruega e Alemanha, não aceitaram, e o Brasil ficou com R\$ 3,2 bilhões congelados no fundo do BNDES pelos quatro anos de governo. Além destes, mais US\$ 96 milhões do Fundo Verde do Clima para pagamento por serviços ambientais no programa Floresta+ também ficaram sem uso.

Em maio de 2019, Salles completou o fechamento do Meio Ambiente à sociedade ao baixar um decreto alterando a composição do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente), alegando falsamente que o colegiado não funcionava por ser “inchado demais”. De 96 membros, o Conama passou a ter 23, a maior parte do governo federal, que passou a ter controle quase pleno do colegiado. Assim, em setembro de 2020, o Conama aprovou três resoluções que enfraqueciam a proteção a restingas, permitiam a queima de lixo tóxico e limitavam áreas de preservação permanente em torno de barragens. As resoluções foram derubadas na Justiça.

Uma vez blindado de olhares externos, o MMA passou a fazer o que Bolsonaro ordenara que fizesse: nada. O Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento, o PPCDAM, que vinha funcionando desde 2004 e atravessara cinco mandatos presidenciais, foi formalmente revogado em novembro de 2019, mas na prática já não funcionava porque a secretaria que cuidava dele havia sido extinta. O Ibama e o Instituto Chico Mendes foram aparelhados com policiais militares e tornaram-se incapazes de cumprir suas tarefas constitucionais (leia mais adiante). Em 2020, a tarefa de combater o desmatamento foi terceirizada ao Exército, com a recriação do Conselho Nacional da Amazônia Legal, comandado pelo vice-presidente, Hamilton Mourão.

Em 2021, Salles foi demitido por Bolsonaro na esteira de duas operações da Polícia Federal que o investi-

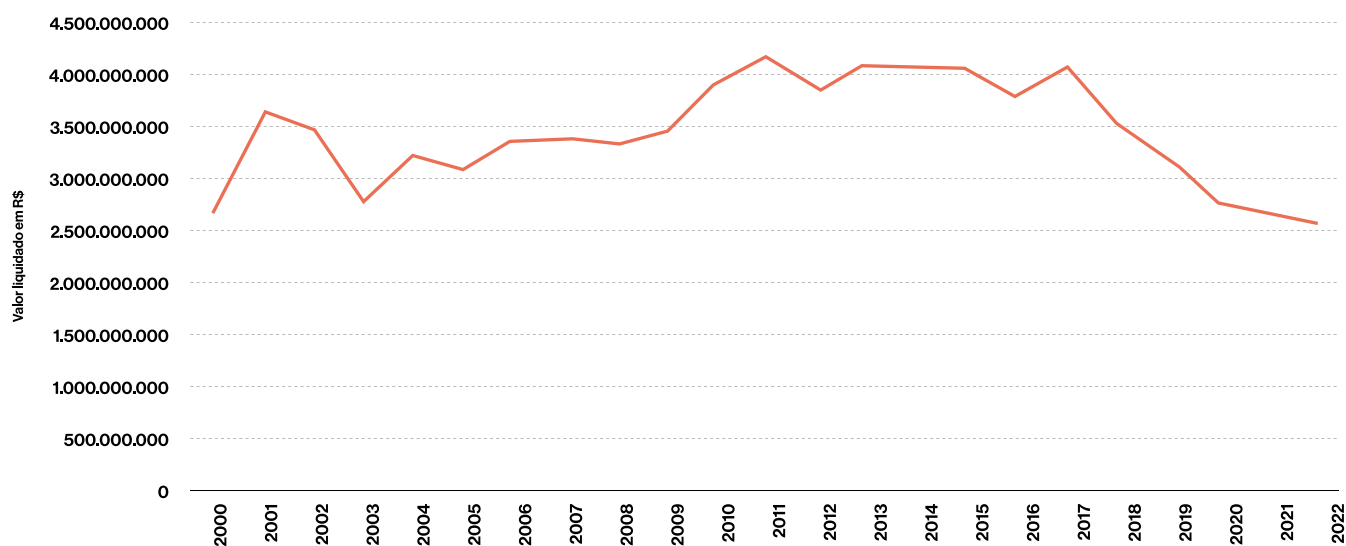
gavam por facilitação ao contrabando de madeira e mais oito crimes. Descobriu-se no processo que havia um assessor especial do ministro atuando dentro do gabinete para favorecer infratores ambientais^[6]. O substituto de Salles, Joaquim Álvaro Pereira Leite, notabilizou-se em um ano e meio de mandato por repetir a frase “estamos atuando de forma contundente” e por gazetear negociações internacionais de clima no Egito para mergulhar nos corais do Mar Vermelho^[7].

O fechamento não declarado do Ministério do Meio Ambiente fica mais evidente quando se analisa o orçamento liquidado da pasta, ou seja, o dinheiro efetivamente gasto na execução da política ambiental até 31 de dezembro de cada ano. Em 2022, o MMA e suas autarquias vinculadas liquidaram R\$ 2,53 bilhões, o valor mais baixo desde o ano 2000. Os dados foram obtidos no Siop, o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do governo federal, e corrigidos pelo IPCA, considerando dezembro de 2022. O valor mais alto de liquidação (ou seja, dinheiro efetivamente pago para executar política ambiental num determinado ano) havia sido R\$ 4,1 bilhões, em 2011.

A média anual de liquidação orçamentária do governo Bolsonaro na área ambiental, R\$ 2,8 bilhões, também é a mais baixa dentre sete mandatos presidenciais analisados (embora a série de dados só contemple três anos do governo FHC 2). A própria Controladoria-Geral da União havia apontado, em 2020, que a execução orçamentária do ministério em três rubricas avaliadas

no ano anterior não passava de 14% e que não fora possível sequer avaliar se os resultados eram consistentes porque não havia um instrumento de planejamento^[8]. No mesmo ano uma nota técnica do Observatório do Clima mostrou que, até agosto de 2020, o MMA havia executado em sua administração direta apenas R\$ 105 mil, o que denuncia uma opção deliberada por não fazer política pública^[9].

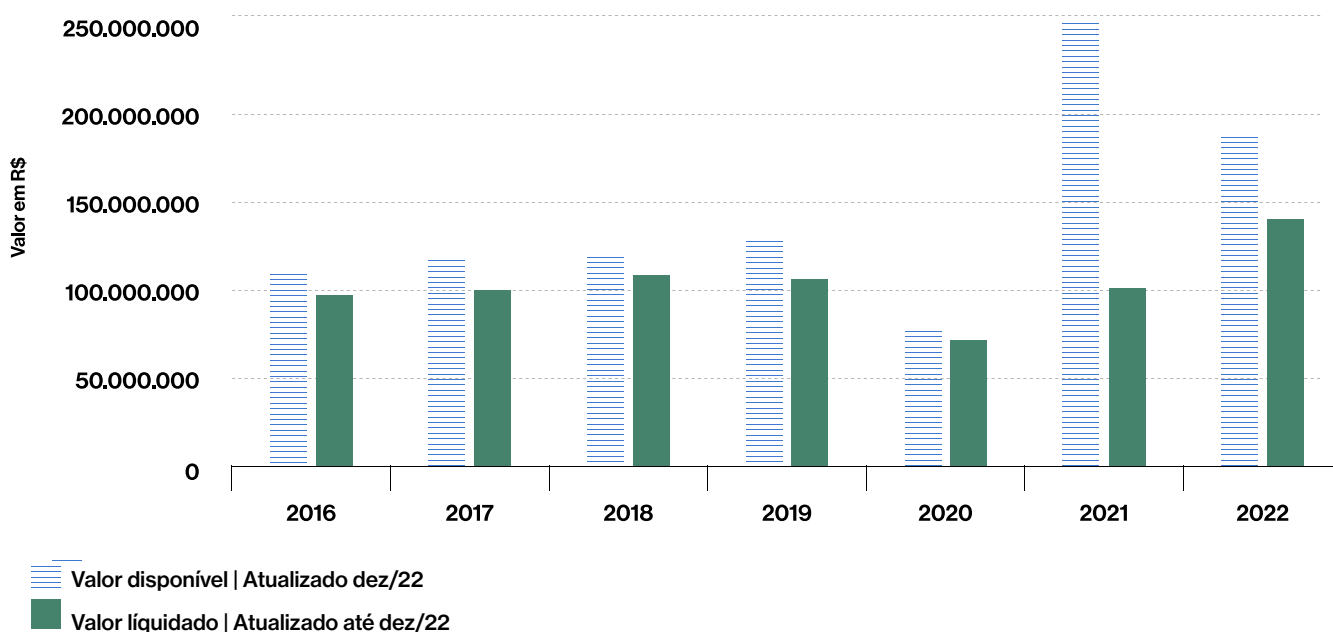
Orçamento do Ministério do Meio Ambiente executado (valor liquidado até 31 de dezembro de cada ano)



fonte: ME/SIOP. Dados extraídos em 22.02.2023. Valores atualizados pelo IPCA. Foram consideradas na análise as seguintes unidades orçamentárias: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta, 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB, 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, 44202 - Companhia de Desenvolvimento de Barcarena - Codebar, 44205 - Agência Nacional de Águas - ANA, 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ, 44207 - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 44208 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB, 44901 - Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, 44902 - Fundo Nacional Sobre Mudança do Clima. A atualização monetária pelo IPCA considerou janeiro do respectivo ano e dezembro de 2022, com os índices apresentados pela Calculadora do Cidadão, do Banco Central. A parcela reembolsável do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, que é transferida ao BNDES, não foi considerada, por envolver empréstimos.

Já a execução dos recursos para fiscalização do Ibama teve uma forte recuperação em 2022, após atingir em 2021 seu percentual mais baixo (40%) desde 2016. Ainda é inferior à do governo Temer. O percentual mais alto de liquidação da série iniciada em 2016 foi atingido no governo Bolsonaro, em 2020, mas naquele ano o total absoluto de verba autorizada para a fiscalização foi o mais baixo dos últimos seis anos.

Orçamento fiscalização do Ibama aprovado e liquidado



fonte: ME/SIOP. Dados extraídos em 08.01.2022. Valores até 31.12.2021

02. Promessas Cumpridas

2.2 Acabar com a “Indústria da Multa”

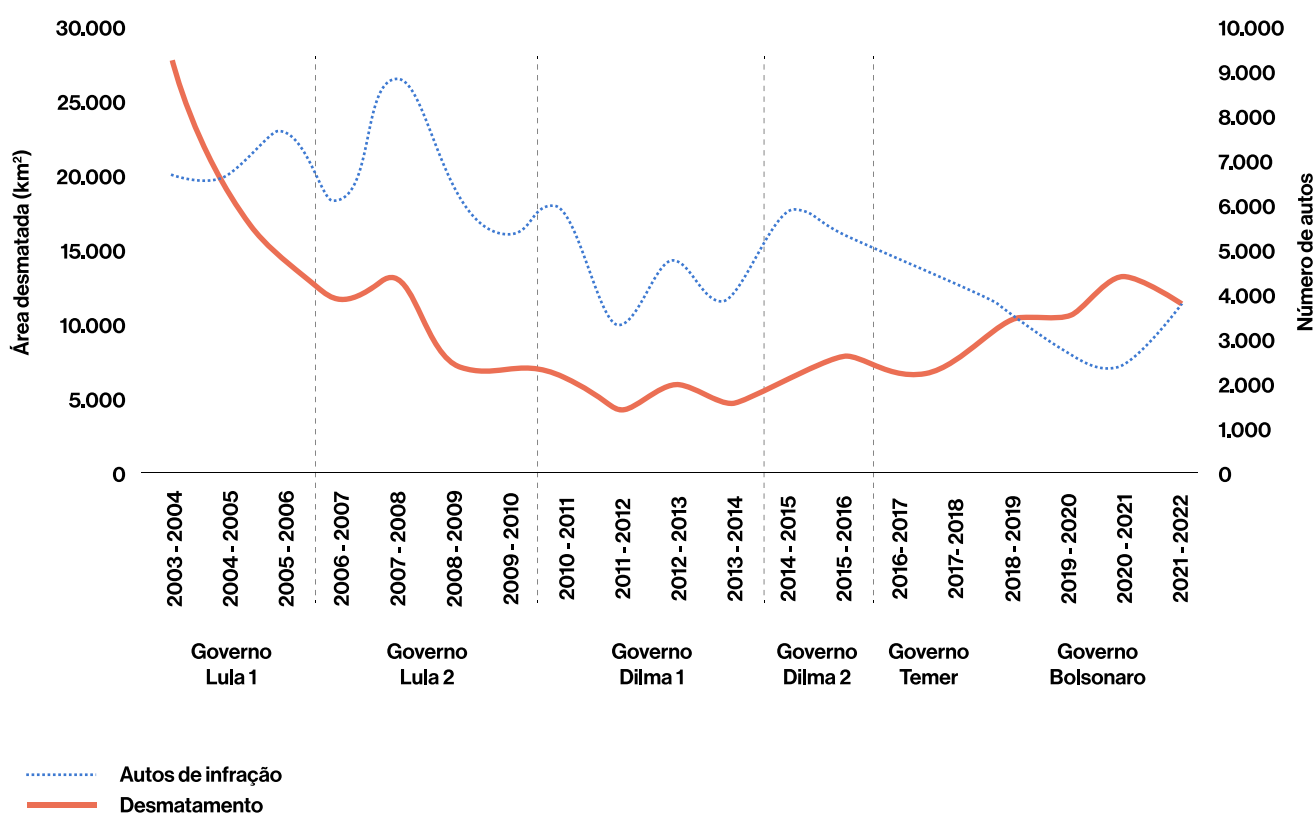
“Se bem que melhorou bastante isso daí depois da nossa chegada lá. Até o homem do campo diz que melhorou bastante a questão de Ibama e ICMBio no Brasil. Vai melhorar mais ainda.”

Jair Bolsonaro, 10/11/2020

O aumento de 59,5% do desmatamento na Amazônia nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro coincide com uma queda de 38% das multas aplicadas pelo Ibama por crimes contra a flora na comparação com o período 2015-2018.

Em relação ao desmatamento, a média anual sob Bolsonaro foi de 11.396 km², contra 7.145 mil km² no período anterior. Em quatro anos foram derrubados 45.586 km² na Amazônia, área correspondente à do Estado do Rio de Janeiro.

Desmatamento na Amazônia e autos do Ibama por infrações contra a flora



fonte: Inpe (2022) e Ibama (2022). Portal de dados abertos (29.11.2022).

Já as multas por crimes contra a flora na Amazônia caíram: de uma média anual de 5.069 nos governos de Temer e Dilma Rousseff (segundo mandato) para 3.146 na gestão Bolsonaro. Uma das promessas de campanha de Bolsonaro havia sido justamente a de acabar com o que ele chamava de “festa” ou “indústria” das multas ambientais.

A média de multas do governo Bolsonaro por desmatamento na Amazônia é a mais baixa das últimas duas décadas.

Os números de autos aplicados foram obtidos no portal de Dados Abertos do Ibama. Há grande discrepância em relação aos números apresentados na área de Consulta Pública do mesmo site. Os dois bancos de dados estão com problemas na disponibilização de informações desde o fim de 2019, quando o então ministro Ricardo Salles alterou o sistema de cobrança de multas ambientais.

Na seção de consulta pública, os autos por crimes contra a flora no último período Prodes (agosto de 2021 a julho de 2022), intervalo usado pelo Inpe para calcular a taxa de desmatamento de 2022, totalizavam 2.909. Já nos dados abertos o total era de 3.776. Este número, mais conservador, foi o que se usou nesta análise.

A paralisia no Ibama não se deu por falta de recursos, e sim por sabotagem do funcionamento normal do órgão e perseguição a agentes. O governo Bolsonaro demitiu no atacado os superintendentes regionais do órgão, deixou vagas por mais de um ano chefias de postos-chave na Amazônia e nomeou policiais militares fiéis a Salles para comandar os fiscais. Em 2020, toda a cúpula da fiscalização foi demitida após uma reportagem no programa *Fantástico* mostrar o Ibama agindo contra garimpeiros e grileiros em três terras indígenas do Pará. O fiscal que multou Jair Bolsonaro em Angra dos Reis em 2012, José Augusto Morelli, também perdeu o cargo, numa vendetta.

Em 2021, mais de 600 agentes do Ibama arriscaram os próprios empregos ao assinar uma carta

denunciando uma instrução normativa conjunta baixada pelo presidente do Ibama, Eduardo Bim, e o do ICMBio, o policial militar Fernando Lorencini (que participou da invasão do Carandiru, em 1992), que na prática paralisava a fiscalização. De acordo com a norma, nenhum fiscal poderia lavrar mais uma multa em flagrante – seria preciso antes emitir um relatório e aprová-lo com o “superior hierárquico” do fiscal, muitas vezes um PM nomeado por Salles.

A perseguição a servidores da área ambiental explodiu no governo Bolsonaro. Segundo dados da Controladoria-Geral da União, as acusações de assédio aumentaram 380% no governo passado. Foram 183 servidores submetidos a processos administrativos disciplinares em 2022, contra 38 em 2018. No total, 441 funcionários do Ibama, do ICMBio e do Ministério do Meio Ambiente sofreram PADs nos quatro anos de Bolsonaro, contra 270 nos quatro anos anteriores. O clima de terror instaurado por Salles chegou ao paroxismo no ICMBio: um dos presidentes do órgão no governo passado foi um coronel da Polícia Militar de São Paulo que se notabilizou por baixar um “código de conduta” que vedava o uso de minissaias e calças rasgadas pelos servidores. O presidente do Ibama, Eduardo Bim, também baixou um “código de ética” que proibia servidores de falar com a imprensa. Mais uma censura prévia foi baixada no ICMBio em 2021, desta vez aos cientistas: nenhuma pesquisa realizada em unidades de conservação por servidores do órgão poderia ser divulgada antes do aval do coronel da PM encarregado do setor.

O travamento dos órgãos ambientais foi completado pelo seu esvaziamento. Já em novembro de 2018, numa live no Facebook, o presidente eleito rechaçou veementemente a necessidade de contratar fiscais para o Ibama e o ICMBio: “Cês tão de sacanagem!”, declarou. No ano seguinte, o ministro Salles culpou a redução gradativa dos quadros do Ibama (que era real, já que funcionários se aposentavam e não eram substituídos por novos concursos públicos) pelo aumento nas queimadas e no desmatamento. Em 2020, foi a vez de Hamilton Mourão apontar o déficit de servidores como culpado pelos altos índices de desmate. E, no entanto, mesmo com o problema diagnosticado, um concurso público para o Ibama só seria autorizado em setembro de 2021. O ministro Joaquim Leite havia prometido 740 fiscais (ou seja, analistas ambientais, com curso superior), mas o concurso abriu apenas 157 vagas de analista. Todas as restantes eram para técnicos ambientais, de nível médio^[10]. E não foi por falta de recurso, já que somente nas operações militares na Amazônia o governo torrou R\$ 550 milhões.

Hoje o Ibama tem um déficit de 956 analistas ambientais (número de cargos vagos), e o ICMBio, de 608. Somando todas as funções, de nível médio e de nível superior, o Ibama, o ICMBio, o Serviço Florestal e o MMA têm 4.100 postos por preencher e 4.914 vagas ocupadas.

Analista Ambiental		
Orgão	Ocupado	Vago
IBAMA	1.408	956
ICMBIO	992	608
SFB (MAPA)	94	4
MMA	321	99
Total	2.815	1.667

Analista Administrativo		
Orgão	Ocupado	Vago
IBAMA	167	318
ICMBIO	27	114
SFB (MAPA)	0	2
MMA	1	2
Total	241	474

Tecnico Ambiental		
Orgão	Ocupado	Vago
IBAMA	525	141
ICMBIO	207	56
SFB (MAPA)	0	2
MMA	0	2
Total	732	201

Auxiliar Administrativo		
Orgão	Ocupado	Vago
IBAMA	14	0
ICMBIO	37	0
SFB (MAPA)	1	0
MMA	0	0
Total	52	0

Tecnico Administrativo		
Orgão	Ocupado	Vago
IBAMA	796	1.150
ICMBIO	243	588
SFB (MAPA)	4	3
MMA	0	3
Total	1.074	1.758

Total		
Orgão	Ocupado	Vago
IBAMA	2.910	2.565
ICMBIO	1.506	1.366
SFB (MAPA)	99	11
MMA	322	106
Total	4.914	4.100

Total de vagas	
Orgão	Ocupado + Vago
IBAMA	5.475
ICMBIO	2.872
SFB (MAPA)	110
MMA	428
Total	9.014

02. Promessas Cumpridas

2.3 “Não demarcar um centímetro de terra indígena”

“Eu não sendo obrigado, não tem mais reserva indígena no Brasil. Vamos rever as que estão demarcadas, com laudos e muita suspeição de fraude no passado.”

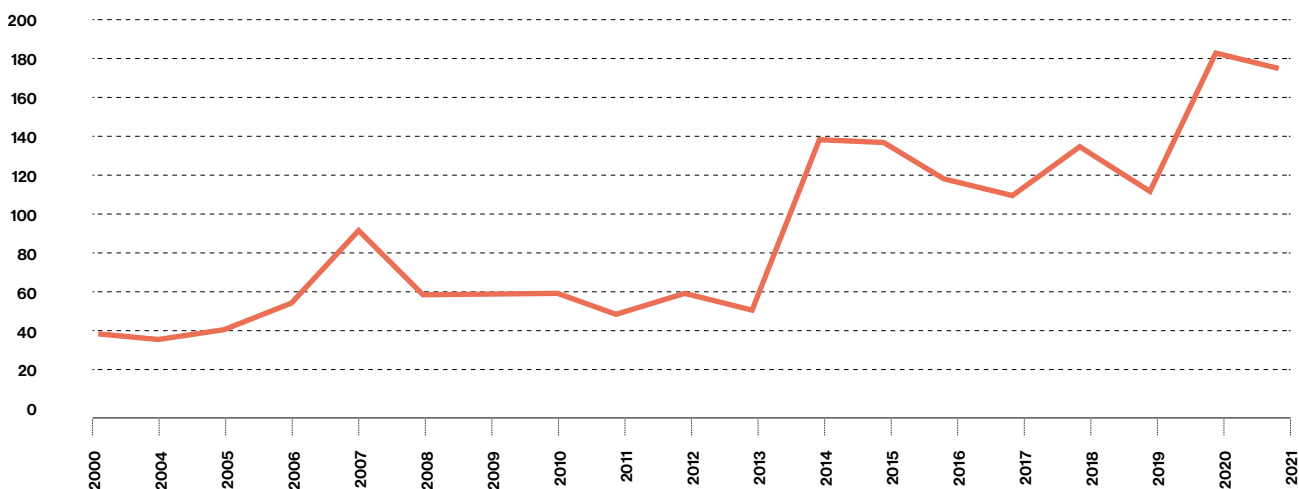
Jair Bolsonaro, 30/8/2019

Bolsonaro foi o primeiro presidente desde a redemocratização a não demarcar Terras Indígenas, como avisara em sua campanha. A violação do direito constitucional dos povos indígenas à terra já seria grave, mas o regime foi além: estimulou a invasão de terras já demarcadas, mudou regramentos para permitir a tomada dessas áreas, impediu ações de fiscalização e incitou o ódio contra os nativos. O resultado foi o recorde de invasões, assassinatos e suicídios de indígenas.

As invasões de terras indígenas triplicaram (um aumento de 212%, de acordo com relatório do Conselho Indigenista Missionário - Cimi). O levantamento mais recente inclui dados até 2021. De 2019 a 2021, a média foi de 275 invasões por ano, ante média anual de 88 nos três anos anteriores à gestão Bolsonaro (2016-2108). Em 2021 foram registradas 305 invasões. É o número mais alto desde que o levantamento começou a ser realizado, em 2003.

O número de indígenas assassinados no governo Bolsonaro foi também o maior já registrado pelo Cimi. Foram 113 casos em 2019, 182 em 2020 (recorde da série histórica) e 176 em 2021, ou seja, média anual de 157. O número é 30% maior que a média anual de 121 verificada de 2016 a 2018.

Assassinatos de indígenas - Brasil



Fonte: CIMI/SESAI. Observação: em 2014, o Cimi começou a contabilizar os dados de assassinatos a partir de fontes públicas, como a Sesai (Ministério da Saúde), o Sistema de Informações sobre Mortalidades e secretarias de saúde estaduais.

Outro recorde foi o de suicídios de indígenas. Foram 148 casos em 2021. Das 19 categorias de violência contra povos indígenas sistematizadas pelo Cimi, houve aumento em 15 no ano de 2021, na comparação com o ano anterior.

Além da difusão de desinformação e discurso de ódio contra indígenas – Nabhan Garcia, secretário especial de Assuntos Fundiários, repetia que os

indígenas seriam “os maiores latifundiários do país” –, o governo Bolsonaro preparou institucionalmente o terreno para os ataques aos territórios, lideranças e comunidades indígenas, destaca o Cimi.

A Instrução Normativa nº 9, publicada pela Funai em 2020, permitiu propriedades privadas sobre terras indígenas não homologadas. Levanteamento da Agência Pública mostrou que, até julho de 2022, mais de 400 fazendas haviam sido certificadas dentro de territórios indígenas. Um total de 239 mil hectares, ou duas vezes o município do Rio de Janeiro.

No ano seguinte, uma Instrução Normativa Conjunta da Funai e do Ibama liberou a exploração econômica de terras indígenas por associações e organizações compostas por indígenas e não indígenas, as chamadas organizações de “composição mista”.

No Congresso, o governo desengavetou e deu prioridade ao Projeto de Lei 490/2007, que inviabiliza novas demarcações e abre as terras já demarcadas à exploração predatória, e apresentou o PL 191/2020, que libera a mineração em Terras Indígenas. Além disso, travou todas as demarcações, inclusive aquelas que estavam prontas para finalização, nas gestões de Sérgio Moro (hoje senador pelo Paraná), André Mendonça (hoje ministro do STF) e Anderson Torres (hoje presidiário).

A Funai, sabotada e desmontada, reduziu as ações de proteção e monitoramento, na comparação com o último ano do governo Temer. Em 2018, foram realizadas ações

em 325 terras indígenas, segundo relatório de gestão da fundação. Já entre 2020 e outubro de 2022, 254 TIs foram contempladas com ações de proteção territorial – ou seja, uma média de 85 por ano, quase 4 vezes menos, segundo o último relatório de gestão. O documento destaca a defasagem no quadro de servidores responsáveis pelas ações (apenas 10 pessoas para todas as TIs do Brasil, uma redução de 56% na comparação com 2010) e alerta que o cenário “impede mensurar corretamente a quantidade de TIs atendidas com ações de proteção territorial efetivamente executadas”.

02. Promessas Cumpridas

2.4 Sair do acordo de Paris

“Se o Acordo de Paris fosse papel higiênico, serviria só para limpar a bunda.”

Nabhan Garcia, 19/10/2018

Em 2018, durante a transição de governo, os candidatos a ministro de Meio Ambiente de Bolsonaro precisariam passar pela aprovação de Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista e auxiliar próximo do presidente eleito. A condição para ser nomeado era que o indicado promettesse a Garcia que o Brasil sairia do Acordo de Paris. Uma pessoa topou: Ricardo Salles.

Desde sua primeira entrevista como ministro indicado, à rádio CBN, durante a conferência do clima de Katowice, em 2018, Salles questionou o aquecimento global. Primeiro, disse que a mudança do clima se devia à “dinâmica geológica da Terra”, depois que havia dúvidas^[1] sobre o papel da humanidade na crise do clima. Na mesma COP, Bolsonaro ameaçou sair do acordo do clima por causa de uma fake news espalhada pelos militares: a de que haveria uma conspiração em curso para internacionalizar uma parte da Amazônia, o chamado “corredor Tripla A”, e que isso seria discutido na conferência do clima.

Setores do agronegócio, capitaneados pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina, demoveram rapidamente o presidente da ideia. Mas o negacionismo climático à Donald Trump marcou o regime Bolsonaro até o fim, tornando o Brasil um pária nas negociações internacionais de clima, nas quais o país sempre tivera protagonismo – por ser o berço da Convenção do Clima da ONU, pelo seu tamanho e pela redução do desmatamento entre 2005 e 2012.

Em 2019, o ministro Ricardo Salles passou duas semanas constrangen-

do a delegação brasileira na COP25, em Madri. A conferência se realizou na capital espanhola sob presidência chilena, mas deveria ter sido feita no Brasil. Antes de ser empossado, porém, Bolsonaro pediu a Michel Temer que retirasse a oferta brasileira para sediar o evento. Quatro agentes da Abin foram designados para espionar a delegação brasileira, e Salles determinou que diplomatas não poderiam conversar com ninguém da sociedade civil (mais de uma conversa de negociadores brasileiros com jornalistas e membros de ONGs precisaram ser travadas atrás de pilastras, embaixo de escadas e em cantos ocultos do centro de convenções).

Em Madri, o ministro tentou sem sucesso chantagear países desenvolvidos a botar dinheiro no Brasil para que o país cumprisse seus compromissos de combater o desmatamento e reduzir emissões (um diplomata que lembrou à agência de notícias *Reuters* que a meta climática do Brasil não era condicionada a financiamento internacional foi exonerado no ano seguinte pelo chanceler Ernesto Araújo, a pedido de Salles). Salles passou, ainda, pelo constrangimento de ser desmentido pelo governo da Alemanha ao mentir à imprensa que os alemães teriam acatado suas condições para a retomada do Fundo Amazônia.

Em 2020, o país deu um golpe nos seus compromissos no Acordo de Paris. Salles submeteu à Convenção do Clima da ONU uma atualização da NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) à meta brasileira em Paris, reduzindo a sua ambição.

O episódio ficou conhecido como “pedalada de carbono” e foi questionado na Justiça por seis jovens ativistas, com apoio de oito ex-ministros do Meio Ambiente.

A NDC original do Brasil, de 2015, tinha uma meta para 2025 de reduzir em 37% as emissões em relação a 2005, e uma indicação de que poderia reduzi-las em 43% até 2030. Na atualização de 2020, o governo confirmou o compromisso indicativo, só que a base de cálculo mudou. A primeira NDC havia sido calculada com base no Segundo Inventário Nacional de emissões de gases de efeito estufa. Aplicando-se os percentuais de redução às emissões do ano-base derivadas desse inventário, o país deveria chegar a 2030 emitindo 1,2 bilhão de toneladas líquidas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e).

A atualização da NDC de 2020 usava explicitamente como referência o Terceiro Inventário Nacional, que mostrava um valor de emissões em 2005 muito mais alto que o do segundo inventário. Mas também abria a possibilidade de usar como referência inventários mais recentes. Aplicando-se os valores do terceiro inventário e mantendo-se o percentual de 43% de redução, o Brasil chegaria a 2030 emitindo 1,6 bilhão de toneladas líquidas de CO₂e. Ou seja, o país se deu um passe livre para emitir 400 milhões de toneladas a mais do que na meta original. O valor é compatível com um desmatamento na casa dos 10 mil quilômetros quadrados na Amazônia. Mesmo utilizando o Quarto Inventário Nacional, mais recente, como referência, a “pedalada” seria de 200

milhões de toneladas. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, Brasil e México são os únicos países do G20 a regredir na ambição^[12] – e, no caso mexicano, a “pedalada” foi de apenas 14 milhões de toneladas, o que bastou para que ambientalistas ganhassem uma liminar judicial anulando a NDC.

Em 2021, o Brasil apresentou na conferência do clima de Glasgow uma segunda atualização da NDC, aumentando de 43% para 50% o valor percentual de corte em 2030 e usando explicitamente o quarto inventário como referência. A mudança reduz a “pedalada”, mas não a elimina: o país segue podendo emitir 73 milhões de toneladas a mais do que na NDC de 2015 – valor cinco vezes maior do que o da pedalada mexicana.

- [1] <https://fakebook.eco.br/governo-nao-fechou-645-lixoes-como-afirma-bolsonaro/>
- [2] <https://fakebook.eco.br/programa-federal-de-combate-ao-lixo-no-mar-recolhe-so-003-dos-residuos/>
- [3] <https://oeco.org.br/noticias/ricardo-salles-suspende-todos-os-contratos-e-parcerias-com-ongs/>
- [4] <https://ambiencia.blogfolha.uol.com.br/2019/05/19/insustentavel-ministro-do-ambiente-quis-causar-mas-ficou-querendo/>
- [5] <https://www.oc.eco.br/revogaco-pode-dar-prejuizo-ao-pais/>
- [6] <https://www.oc.eco.br/assessor-de-salles-e-acusado-pela-pf-de-interceder-no-ibama/>
- [7] <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2022/11/ausente-das-negociacoes-ministro-joaquim-leite-pratica-mergulho-durante-cop27.shtml>
- [8] Relatório de Auditoria Anual de Contas do MMA disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/875381>. Acesso em: 01 set. 2020.
- [9] <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2020/09/nota-OC-execuc%C3%A7%C3%A3o-orc%C3%A7amentaria-MMA-Administrac%C3%A7%C3%A3o-Direta-final.pdf>
- [10] Relatório de Auditoria Anual de Contas do MMA disponível em: <https://eaud.cgu.gov.br/relatorios/875381>. Acesso em: 01 set. 2020.
- [11] <https://www.dw.com/pt-br/em-berlim-salles-questiona-contribui%C3%A7%C3%A3o-humana-na-mudan%C3%A7a-clim%C3%A1tica/a-50665744>
- [12] <https://www.unep.org/pt-br/resources/emissions-gap-report-2021>

03.

Indicadores de Desempenho

3.1 Desmatamento e Emissões

“Até mandei ver quem é o cara que está na frente do Inpe. Ele vai ter que vir se explicar aqui em Brasília esses dados aí que passaram pra imprensa do mundo todo, que pelo nosso sentimento não condiz [sic] com a verdade. Até parece que ele está a serviço de alguma ONG.”

Jair Bolsonaro, 19/7/2019





Eficiência na destruição: Bolsonaro entregou o governo com um aumento de 59,5% na taxa de desmatamento na Amazônia - a maior alta desde 1988, quando iniciou-se a medição

A extinção do PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal) foi decisiva para que o regime Bolsonaro produzisse um dos indicadores mais eficientes de seu projeto antiambiental: a gestão terminou com um aumento de 59,5% da taxa de desmatamento na Amazônia em relação aos quatro anos anteriores (governos Dilma 2 e Temer). Foi a maior alta percentual num mandato presidencial desde o início das medições por satélite, em 1988. Bolsonaro superou, em termos percentuais, até mesmo o aumento verificado no primeiro governo FHC, quando o forte aquecimento da economia no início do Plano Real causou o maior desmatamento da série histórica, de 29 mil km², em 1995.

Os dados são do sistema Prodes, do Inpe, e foram divulgados em novembro do ano passado. O Prodes calcula o dado oficial de desmatamento a cada 12 meses, medidos sempre de agosto de um ano a julho do ano seguinte. A devastação promovida por Bolsonaro entre agosto e dezembro de 2022, portanto, entrará na conta de 2023, a primeira da gestão Lula.

E a herança é maldita: segundo outro sistema do Inpe, o Deter, a área sob alertas de desmatamento na Amazônia atingiu 4.803 km² no acumulado de agosto a dezembro do ano passado, recorde para o período na série histórica iniciada em 2016. O aumento foi de 54,14% em relação ao mesmo período de 2021. O Deter vigia as motosserras em tempo quase real e produz dados de alertas de desmatamento para orientar a

fiscalização (que, na prática, ficou inoperante sob Bolsonaro).

Os dados de estimativa para área desmatada, do sistema Prodes, mostram que foram derrubados 11.568 km² na Amazônia de agosto de 2021 a julho de 2022, área equivalente à da Jamaica. Apesar da queda de 11% em relação ao período anterior (agosto de 2020 a julho de 2021), foi a segunda maior taxa em 13 anos nos nove estados da Amazônia Legal. A média anual sob Bolsonaro foi de 11.396 km², contra 7.145 km² no período de quatro anos anterior (2015-2018).

No último ano de seu governo, Bolsonaro novamente escondeu a taxa de desmatamento durante a conferência do clima. O dado do Inpe estava pronto desde o início da COP27, de Sharm El-Sheikh, no Egito, mas o governo vedou qualquer debate sobre florestas no pavilhão oficial do Brasil. Governadores da Amazônia, que queriam falar do assunto, precisaram montar um stand próprio na COP. Isso já havia ocorrido durante a conferência anterior, realizada na Escócia em 2022. Na ocasião, o ministro Joaquim Leite silenciou de forma constrangedora diante de perguntas de jornalistas sobre os dados do Inpe – a pasta já sabia que a estimativa mostrava a maior alta em 15 anos.

Os dados de 2022 revelam uma explosão do desmatamento no Amazonas, o único a ter aumento no corte raso em 2022. Foram derrubados 2.607 km², um incremento de 13% em relação a 2021. O Pará, mesmo com a redução de 21%, ainda lidera o ranking, com 4.141 km² desmatados em 2022.

Além da inação do Ibama, o aumento do corte raso no Amazonas é explicado pela expectativa de asfaltamento da BR-319 (Manaus-Porto Velho), rodovia que corta o maior bloco de florestas intactas da Amazônia. Em julho do ano passado, o governo Bolsonaro concedeu licença prévia para a obra, atropelando pareceres de técnicos do próprio Ibama. A tendência atual no Amazonas, caso nada seja feito, é que se repita no eixo da BR-319 a tragédia ocorrida no entorno da BR-163 (Cuiabá-Santarém), no Pará, que se transformou no epicentro do desmatamento no começo do século, após o anúncio de sua pavimentação.

Tabela: índices de desmatamento por mandato presidencial

	Média anual no período anterior (km ²)	Média anual do mandato (km ²)	Varição
Itamar (1993 - 1994)	12.415 (1991 - 1992)	14.896	20%
FHC (1995 - 1998)	13.652 (1991 - 1994)	19.457	42,5%
FHC 2 (1999 - 2002)	19.457 (1995 - 1998)	18.825	-3,2%
Lula 1 (2002 - 2006)	18.825 (1999 - 2002)	21.617	14,8%
Lula 2 (2007 - 2010)	21.617 (2003 - 2006)	9.756	-54,8%
Dilma 1 (2011 - 2014)	9.756 (2007 - 2010)	5.473	-43,9%
Dilma 2 (2015 - 2016)	5.451 (2013 - 2014)	7.050	29,3%
Temer (2017 - 2018)	7.050 (2015 - 2016)	7.241	2,7%
Bolsonaro *** (2019 - 2022)	7.145 (2015 - 2018)	11.396	59,5%

Levantamento realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) com dados do Prodes revelou que o desmatamento em áreas protegidas na Amazônia Legal aumentou 94% durante os quatro anos de Bolsonaro, na comparação com os quatro anos anteriores. Em Terras Indígenas, a alta foi de 157%. Nos territórios quilombolas, de 13%. E em unidades de conservação amazônicas, o aumento do desmatamento sob Bolsonaro foi de 111% (no caso das unidades de proteção integral) e 116% (nas unidades de uso sustentável).

Cerrado

No Cerrado, o desmatamento aumentou no último ano do mandato de Bolsonaro, segundo dados do Inpe. Assim como na Amazônia, a taxa é medida de agosto de um ano a julho do ano seguinte. Foram derrubados 10.688,73 km² de vegetação nativa, sete vezes o tamanho da cidade de São Paulo, resultando assim na maior área devastada em seis anos no bioma.

O Estado do Maranhão concentrou a maior parte da devastação, com 2.833,92 km², seguido por Tocantins (2.127,52 km²), Bahia (1.427,86 km²) e Piauí (1.188,78 km²), região de expansão do agronegócio conhecida como

Matopiba. Os quatro Estados representam 71% do desmatamento no bioma. O aumento em relação ao ano anterior foi de 104% no Piauí e de 54% na Bahia. Maranhão e Tocantins registraram alta de 24%.

Dos 13 estados do bioma, só houve queda do desmate em Rondônia e Mato Grosso. A contribuição dos dois, porém, é muito pequena: 0,12% e 6,94%, respectivamente, do total desmatado.

O governo Bolsonaro registrou uma taxa média anual de desmatamento de 8.361 km² no Cerrado. O número representa um virtual empate com a média dos quatro anos anteriores, período dos governos Dilma e Temer (8.250 km² por ano de 2015 a 2018). No entanto, assim como ocorreu na Amazônia, o regime Bolsonaro foi o único a registrar três aumentos seguidos da taxa num mesmo mandato desde o início das medições, que no caso da savana brasileira começaram em 2001.

Emissões

Recorde no desmatamento, recorde nas emissões. A poluição climática no Brasil também atingiu níveis históricos, turbinando os indicadores de desempenho do projeto ecocida de Bolsonaro.

Dados do SEEG, o Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima, mostram que, em 2021, o país emitiu 2,42 bilhões de toneladas brutas de CO₂ equivalente, um aumento de 12,2% em relação a 2020 (2,16 bilhões de toneladas). Foi a maior alta nas emissões de gases de efeito estufa

em 19 anos, alavancada pelas emissões por desmatamento da Amazônia.

Alta maior só foi verificada em 2003, ano em que o país atingiu seu recorde histórico de emissões. Naquele ano, a alta foi de 20%, puxada pela explosão do desmatamento na Amazônia.

Em 2021, impulsionadas pelo terceiro ano seguido de crescimento da área desmatada na Amazônia e demais biomas no governo de Jair Bolsonaro, as emissões por mudança de uso da terra (MUT) e florestas tiveram alta de 18,5%. A destruição dos biomas brasileiros emitiu 1,19 bilhão de toneladas brutas, contra 1 bilhão de toneladas em 2020.

Mas quase todos os setores da economia tiveram forte alta nas emissões: ela foi de 3,8% na agropecuária, setor que costuma ter flutuações pequenas nos gases de efeito estufa; 8,2% no setor de processos industriais e uso de produtos; e 12,2% no setor de energia, a maior alta desde o “milagre econômico” da ditadura militar, em 1973. O setor de resíduos foi o único com emissões estáveis de 2020 para 2021.

Em novembro do ano passado, quando os dados da 10ª edição do SEEG foram lançados, Tasso Azevedo, então coordenador da iniciativa, afirmou que o Brasil teve uma década perdida para controlar sua poluição climática. “Desde a regulamentação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, em 2010, nós estamos patinando. Não apenas não conseguimos reduzir nossas emissões de maneira consistente, como as aumentamos nos últimos anos, e de forma expressiva”, destacou.

03. Indicadores de Desempenho

3.2 Garimpo em terras indígenas

“O índio é um ser humano exatamente igual. Tem coração, tem sentimento, tem alma, tem desejo, tem necessidades e é tão brasileiro quanto nós.”

Jair Bolsonaro, 5/2/2020

“Existem alguns dados que muitas vezes são fantasiados, como aquela história de que existem 20 mil garimpeiros [na terra Yamomami].”

Hamilton Mourão, 11/5/2022

As imagens aterradoras de crianças e idosos indígenas desnutridos, divulgadas por reportagem da Sumaúma e pelo programa Fantástico em janeiro deste ano, dimensionam a catástrofe humanitária na Terra Indígena Yanomami, localizada entre Roraima e Amazonas. Nos quatro anos de regime Bolsonaro, 570 crianças de menos de cinco anos morreram por causas evitáveis na TI, a maior do país, que teve estado de emergência declarado pelo governo.

Além da desnutrição, causada por malária e fome, doenças tratáveis como diarreia, pneumonia e vermes matam os Yanomamis. Falta comida, os remédios não chegam, os postos de saúde são atacados. Mulheres e crianças são vítimas de violência sexual. A caça é espantada e os rios, contaminados, têm cada vez menos peixes para a pesca.

Na origem da tragédia, o garimpo: o território Yanomami, onde vivem cerca de 28 mil indígenas, foi invadido por mais de 20 mil garimpeiros ilegais, que contaram com a anuência do governo Bolsonaro e das Forças Armadas para atuar livremente na região. Lideranças e organizações indígenas denunciaram exaustivamente o caos e o descontrole nos últimos anos. Enviaram ofícios ao governo federal, acionaram o Supremo Tribunal Federal e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. O governo sabia exatamente o que acontecia na TI Yanomami.

Não seria justo dizer que o governo Bolsonaro “nada fez” diante dos pedidos de socorro. O governo agiu, mas sempre em favor dos empresários do garimpo, cumprindo mais

uma de suas promessas de campanha. Formulou e trabalhou pela aprovação do Projeto de Lei 191/2020, que autoriza a mineração em terras indígenas. Os criminosos não contaram apenas com a negligência do governo, mas com o estímulo, diante da perspectiva de regulamentação de suas atividades no curto prazo. O PL não foi aprovado, mas segue entre as ameaças do “Pacote da Destruição” no Congresso.

Uma breve linha do tempo ajuda a entender o desenho de uma catástrofe pra lá de anunciada. Ainda em julho de 2020, Jirair Aram Meguerian, desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que abrange os estados da Amazônia Legal, determinou a retirada dos invasores da TI Yanomami. Ele deu cinco dias para que a União apresentasse um plano para retirada dos garimpeiros e combate aos crimes ambientais.

Semanas depois, o STF determinou que o governo federal elaborasse um plano de desintrusão dos invasores em sete Terras Indígenas, entre elas a Yanomami. A decisão do Supremo foi uma resposta à ADPF 709, apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e seis partidos políticos, que apontava falhas e omissões do governo federal no combate à pandemia de Covid-19 em territórios indígenas. A presença dos invasores foi um dos fatores determinantes para a transmissão do coronavírus nas aldeias.

Ainda em 2020, a Hutukara Associação Yanomami acionou a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para que requeresse

ao governo brasileiro a adoção de medidas de proteção aos povos indígenas, apontando que “a população Yanomami e Ye’kwana está perigosamente exposta à doença [Covid-19] devido à intensificação da atividade ilegal do garimpo em suas terras desde 2018, sem que o Estado brasileiro tenha tomado com a devida diligência as medidas necessárias para impedi-la”.

A CIDH outorgou medidas cautelares, considerando a situação dos povos indígenas “grave e urgente”. O órgão internacional destacou que o pedido da Hutukara reunia “informações abrangentes, datadas entre 2019 e 2020, denunciando uma presença crescente de garimpeiros”.

Bolsonaro rejeitou o pedido da CIDH. Segundo o governo, seria improcedente, “devido à falta de caracterização de uma situação de extrema gravidade e urgência”. No ano passado, a Corte Interamericana de Direitos deu sequência ao processo, rejeitando a resposta de Bolsonaro e atendendo ao pedido da CIDH e associações indígenas. As medidas cautelares foram convertidas em medidas provisórias, exigindo que o Brasil atuasse para “adoção das medidas necessárias para proteger efetivamente a vida, a integridade pessoal, a saúde e o acesso à alimentação e à água potável dos membros dos Povos Indígenas Yanomami, Ye’kwana e Munduruku”.

Outra decisão foi da Justiça Federal de Roraima, que em 2021 deu dez dias à União para iniciar a retirada de todos os garimpeiros da Terra Indígena Yanomami. Na ocasião, o juiz federal Felipe Bouzada Flores Viana

alertou para o risco de genocídio indígena caso nada fosse feito.

Também em 2021, a Apib voltou ao STF e reiterou o pedido de ações imediatas para retirada dos invasores de Terras Indígenas, especialmente a Yanomami e a Munduruku, essa localizada no Pará. A entidade destacou a “escalada de violência, degradação ambiental e surtos de doenças em decorrência da exploração de minérios em territórios indígenas”. Em resposta, o ministro Luís Roberto Barroso determinou que a União adotasse imediatamente “todas as medidas necessárias à proteção da vida, da saúde e da segurança das populações indígenas que habitam as Terras Indígenas (TIs) Yanomami e Munduruku”.

Na abertura do Acampamento Terra Livre de 2022, Junior Hekurari Yanomami denunciou mais uma vez a escalada de violência. “Tem mais de 25 mil garimpeiros trabalhando na TI Yanomami. Tem comunidade que está sem atendimento há seis meses porque os garimpeiros tomaram o posto de saúde. Quando o governo, a polícia federal, vão tirar os garimpeiros? Nós Yanomami estamos pedindo socorro”, suplicou.

As atenções de Bolsonaro, no entanto, continuaram voltadas para onde sempre estiveram: “Roraima tem uma tabela periódica debaixo da terra. Se eu fosse o rei de Roraima, em dez anos teria uma economia próxima à do Japão”, disse, ainda durante a campanha eleitoral em 2018. E repetiu, sem constrangimento, inúmeras vezes – inclusive em visita oficial ao Golfo Pérsico em 2021. Mas a obsessão





Imagem aérea de garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami, em Roraima

anti-indígena e pró-garimpo vem de muito antes. Ainda como deputado, 30 anos atrás, Bolsonaro apresentou um Projeto de Decreto Legislativo para acabar com a Terra Indígena Yanomami.

Além de Hamilton Mourão, Ricardo Salles, Joaquim Leite e Damares Alves, vice-presidente e ministros que estiveram na linha de frente da empreitada, Bolsonaro contou com Marcelo Xavier, nomeado para presidência da Funai com a incumbência de desmontá-la. À frente de uma Funai anti-indígena, Xavier defendeu e atuou pela liberação da mineração em terras indígenas.

Militares da reserva nomeados para diretorias do Ibama pelos ex-ministros do Meio Ambiente Ricardo Salles e Joaquim Leite, por sua vez, ignoraram o plano de ação para a retirada dos garimpeiros na TI Yanomami. Samuel Vieira de Souza, na Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama, e Aécio Galiza Magalhães, na Coordenação-Geral de Fiscalização Ambiental do órgão, travaram a execução das ações de socorro no território.

Enquanto isso, outros militares, integrantes do Exército que atuavam na região, cobravam propina e vazavam informações sobre ações de combate ao garimpo ilegal aos criminosos. As relações próximas – inclusive familiares – entre militares e garimpeiros foram reveladas por reportagem da Folha, que teve acesso a relatórios de inteligência elaborados por servidores da Funai logo no início do governo Bolsonaro, em 2019.

Os resultados da política pró-garimpo ilegal do governo Bolsonaro são contundentes, como mostra o gráfico a seguir. Entre 2010 e 2021, o garimpo em

Terras Indígenas aumentou 625% no Brasil, de acordo com o Mapeamento Anual de Mineração e Garimpo no Brasil, do MapBiomas. A terra indígena mais explorada foi a Kayapó, com 11.542 hectares tomados pelo garimpo ilegal até 2021. A lista segue com o território Munduruku, com 4.743 hectares, a TI Yanomami, com 1.556 hectares, a Tenharim do Igarapé Preto, com 1.044 hectares, e o território Apyterewa, com 172 hectares.

Houve aumento de área garimpada em Terras Indígenas em todos os anos desde 2010. Sob Bolsonaro, os números explodiram. Na média anual, na comparação com o governo anterior (2015-2018), houve aumento de 135% no garimpo ilegal em TIs entre 2019 e 2021 (dados mais recentes). Na comparação com a média dos três anos anteriores à gestão Bolsonaro (2016-2018), o aumento é de 125%.

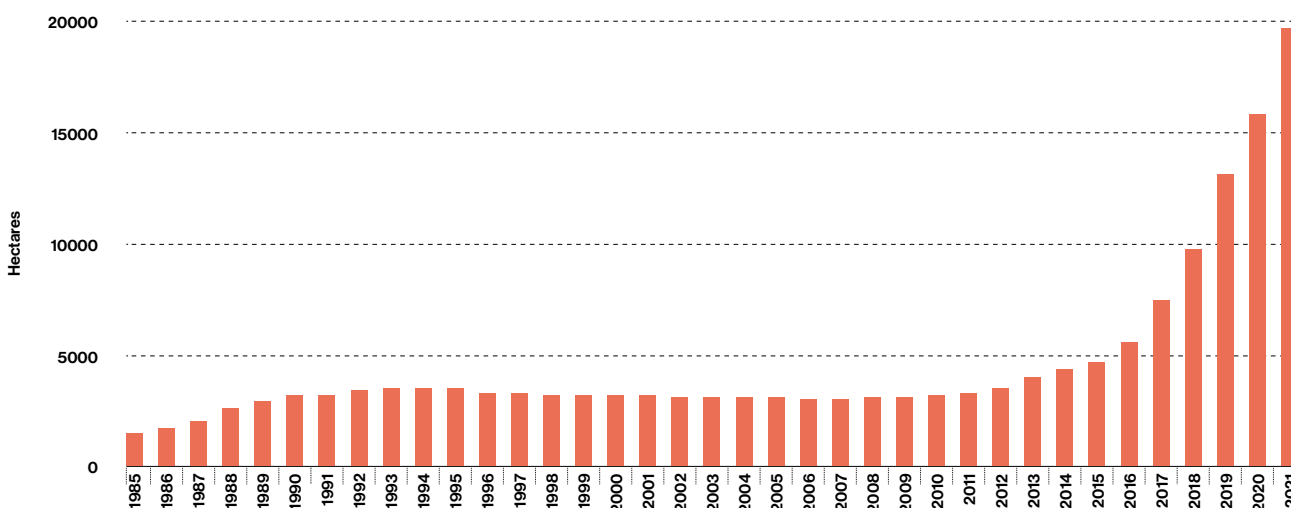
Segundo o levantamento, a expansão do garimpo se dá, quase exclusivamente, na Amazônia. E, dentro do bioma, a atividade é mais intensa em áreas protegidas, nas quais é proibida. Além do aumento de 625% em Terras Indígenas, o estudo revelou que, em 2021, as áreas de garimpo em unidades de conservação haviam crescido 352% na comparação com 2010.

Entre janeiro de 2021 e junho de 2022, os alertas para mineração do sistema Deter, do Inpe, foram os mais altos registrados desde o início da série histórica, em 2015. No período, aproximadamente 16 mil hectares foram transformados em áreas de mineração na Amazônia Legal. O Boletim do Ouro, estudo

da Universidade Federal de Minas Gerais, revelou que 23% desses alertas ocorrem em regiões nas quais a mineração (inclusive o garimpo) é estritamente proibida, entre elas as TIs. Dos 16 mil hectares sob alerta de mineração, 2.873 hectares estavam especificamente em Terras Indígenas.

Levantamento realizado pelo ISA em parceria com a Hutukara Associação Yanomami revelou que, somente na TI Yanomami, o garimpo ilegal cresceu 54% entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022. Nada que surpreendesse. O descaso deliberado, que vinha desde o início do governo Bolsonaro, forçara o STF a determinar que a União promovesse ações específicas de auxílio aos Yanomami já no ano de 2020. Em janeiro de 2023, surgiram indícios de que o governo Bolsonaro não só teria descumprido as ordens, como teria prestado à Justiça informações falsas sobre as ações realizadas – ou seja: mentiu.

Garimpo em Terras Indígenas no Brasil



Fonte: MapBiomas

03. Indicadores de Desempenho

3.3 Bruno e Dom

“Realmente, duas pessoas apenas num barco, numa região daquela completamente selvagem é uma aventura que não é recomendada que se faça. Tudo pode acontecer.”

Jair Bolsonaro, 7/6/2022

“Esse inglês [Phillips] era mal visto na região, porque fazia muita matéria contra garimpeiros, questão ambiental, então, naquela região lá, que é bastante isolada, muita gente não gostava dele. Ele tinha que ter mais do que redobrado a atenção para consigo próprio.”

Jair Bolsonaro, 15/6/2022



A revolta pelo desaparecimento dos corpos de Dom Phillips e Bruno Pereira, em projeção na Tower Bridge, em Londres

As declarações de Jair Bolsonaro expõem as marcas da necropolítica característica de sua gestão no crime bárbaro ocorrido no Vale do Javari, no oeste do estado do Amazonas. O indigenista brasileiro Bruno Pereira e o jornalista britânico Dominic Phillips foram assassinados no dia 5 de junho, durante uma viagem de apuração para o novo livro de Phillips, sobre como salvar a Amazônia. Vitimados em pleno exercício de suas atividades, Bruno e Dom, profissionais adorados e respeitados em suas áreas de atuação, foram taxados de “aventureiros” pela autoridade máxima da República.

O regime Bolsonaro não apenas culpou as vítimas, antes mesmo que seus corpos fossem encontrados e enquanto familiares, amigos e colegas de trabalho aguardavam as buscas temendo pelo pior: o governo também sabotou o início das investigações.

O Vale do Javari abriga uma das maiores terras indígenas da Amazônia, na tríplice fronteira com Peru e Colômbia. É também rota do tráfico internacional de cocaína e ameaçado por caça, pesca, garimpo e extração de madeira ilegais.

O Exército demorou o quanto pôde para iniciar as buscas, mesmo contando com um enorme batalhão na cidade de Tabatinga. Helicópteros não foram empenhados, forçando a Justiça Federal do Amazonas a determinar que as Forças Armadas usassem suas embarcações e aeronaves, cumprindo o mais básico de sua função constitucional – que é a de proteger o país, e não a de fazer política. A Força Nacional, sob o co-

mando de Anderson Torres, também tardou a ser acionada – até que, sob pressão, enviou o contingente patético de 13 agentes à região. O boicote do aparato federal foi tão grande que o principal agente responsável pelas buscas – ao qual se deve inclusive a descoberta do local onde o barco de Bruno e Dom foi emboscado – foi a Univaja (União dos Povos Indígenas do Vale do Javari). Jair Bolsonaro, por sua vez, aproveitou o evento para exercitar o seu sadismo. Para além de obrar impróprios pela boca e boicotar o trabalho de buscas, protagonizou uma motociata em Manaus três dias depois que os corpos foram encontrados.

A Funai lavou as mãos: “Cumpre esclarecer que, embora o indigenista Bruno da Cunha Araújo Pereira integre o quadro de servidores da Funai, ele não estava na região em missão institucional, dado que se encontra de licença para tratar de interesses particulares”, disse a Fundação, em nota, no dia seguinte ao desaparecimento.

Marcelo Xavier, o delegado ruralista transformado em presidente do órgão por Bolsonaro, obviamente não contou que Bruno Pereira havia sido afastado da Funai no início do governo, quando coordenava a divisão de índios isolados, para a qual depois seria nomeado um pastor evangélico. Após a exoneração, Pereira tirou uma licença não remunerada e passou a colaborar com a Univaja.

Ou seja: Pereira teve que sair da Funai para poder continuar trabalhando a favor dos direitos dos povos indígenas. Quando o crime ocorreu, ele acompanhava Dom Philips em

viagem entre comunidades da região. A canoa dos dois desapareceu num trecho do rio que ficava a três horas da cidade de Atalaia do Norte.

Em 15 de junho, um dos suspeitos do duplo homicídio, Amarildo da Costa de Oliveira, o Pelado, levou a PF até o local onde ele e seus comparsas, Jefferson da Silva Lima e Oseney Costa de Oliveira, enterraram os corpos esquartejados e queimados. Bruno e Dom foram emboscados na canoa pelo trio e mortos a tiros.

Em janeiro deste ano, a Polícia Federal do Amazonas afirmou que o caso estava 90% concluído. Segundo o órgão, tudo indica que Ruben Dario da Silva Villar, o Colômbia, seja o mandante dos crimes. Ele é suspeito de liderar uma organização criminosa de pesca ilegal de pirarucu na terra indígena, que vinha sendo denunciada por Bruno Pereira. Em entrevista ao jornal *The Guardian*, o delegado da Polícia Federal Alexandre Saraiva – ex-superintendente da PF no Amazonas, afastado do cargo após investigar Ricardo Salles – apontou que o tráfico de pirarucu pode ser tão rentável quanto o de armas, drogas e madeira, que também ocorrem na região. As atividades estão intrinsecamente ligadas e os responsáveis tendem a ser os mesmos.

Relatório da organização Global Witness publicado em setembro de 2022 mostrou que o Brasil foi o país que mais matou ativistas ambientais e lideranças de comunidades tradicionais entre 2012 e 2021. Dos 1.733 assassinatos registrados na década, 342 foram no Brasil. Cerca de um terço dos mortos eram indígenas ou afrodescendentes, e mais de 85%

dos assassinatos aconteceram na Amazônia – onde um raio cai duas vezes no mesmo local. Em 2019, por exemplo, o agente Maxciel Pereira dos Santos, que prestava serviço de fiscalização à Funai, foi morto a tiros, na rua mais movimentada de Tabatinga, possivelmente em razão do trabalho que prestava no Vale do Javari. O crime nunca foi esclarecido.

03. Indicadores de Desempenho

3.4 Violência no Campo

Em seu programa de governo para as eleições de 2022, o candidato derrotado à reeleição, Jair Bolsonaro, vangloriava-se por ter “titulado mais terras para assentados da Reforma Agrária do que nos dez anos anteriores”. Em diversas ocasiões, como em seu discurso na convenção do Partido Liberal (PL), afirmou ter “libertado” trabalhadores rurais, que teriam deixado organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra e passado a ser “amigos dos fazendeiros”. “Trouxemos esse pessoal para a legalidade, tornaram-se cidadãos, podem procurar uma agência bancária, se integraram à agricultura familiar”, disse, na convenção do PL.

Além de mentir sobre a quantidade de títulos emitidos (é falso que tenha titulado mais em seu governo que nos dez anos anteriores à sua gestão), Bolsonaro omite que 88,8% dos documentos entregues em 2019 e 2020 são provisórios – e, por isso, não conferem direito ao registro do imóvel ou a usá-lo como garantia para acessar crédito bancário, por exemplo – e que, sob seu governo, o número de famílias assentadas caiu drasticamente.

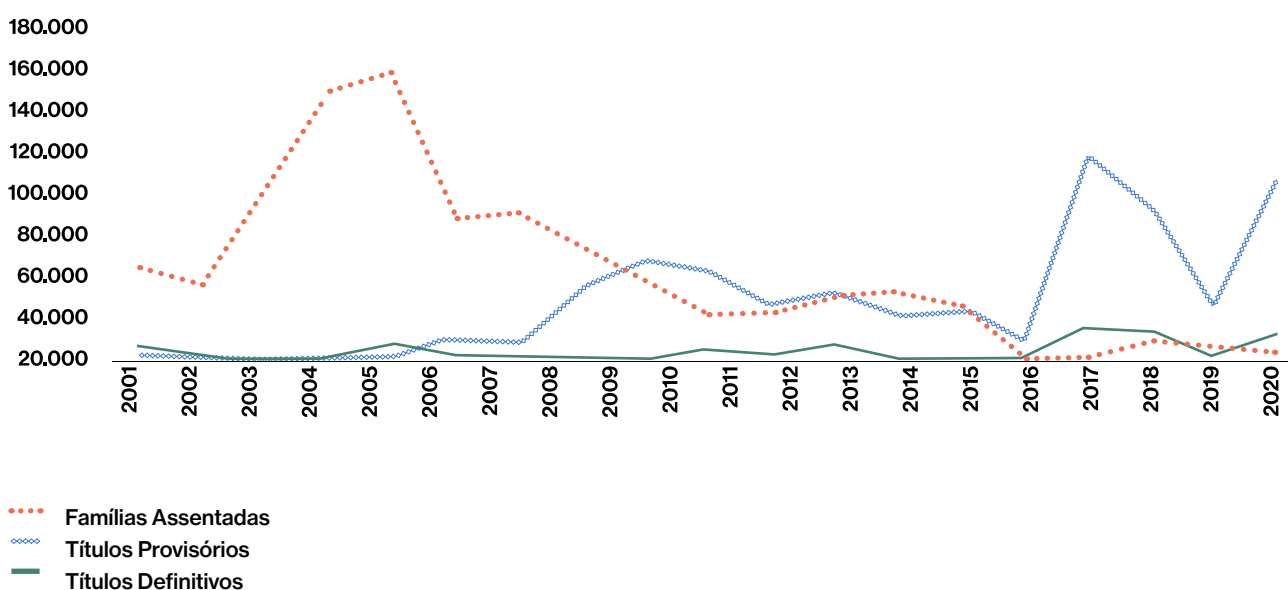
Segundo dados enviados pelo Incra ao STF, de 2009 a 2018 foram entregues 456.636 títulos, cifra que supera os 326 mil títulos citados no plano de governo de Bolsonaro. Já de acordo com levantamento da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), foram 453.639 os títulos emitidos entre 2009 e 2018, número também maior que o citado no plano.

São os mesmos dados do Incra que mostram que 88,8% dos títulos entregues em 2019 e 2020 são provisórios, os chamados Contratos de Concessão de Uso (CCU). Diferentemente da titulação via Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) ou Título de Domínio (TD), com o CCU o assentado não tem direito definitivo à terra.

Os dados enviados pelo Incra ao STF abrangem o período até fevereiro de 2021. Segundo levantamento da Abra, a tendência se manteve depois disso: até agosto de 2022, dado mais recente, 88,6% dos títulos emitidos no governo Bolsonaro eram provisórios, e apenas 11,4%, definitivos.

A figura a seguir, elaborada pelo próprio Incra, mostra como a emissão maciça de títulos provisórios a antigos beneficiários foi acompanhada pela paralisação na política de reforma agrária, com redução do número de famílias assentadas. O crescimento vertiginoso na entrega de títulos provisórios – iniciado por Temer e retomado por Bolsonaro a partir de 2020 –, segundo avaliação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), não garante mudança nas condições de pequenos produtores titulados e pode forçar a venda de terras.

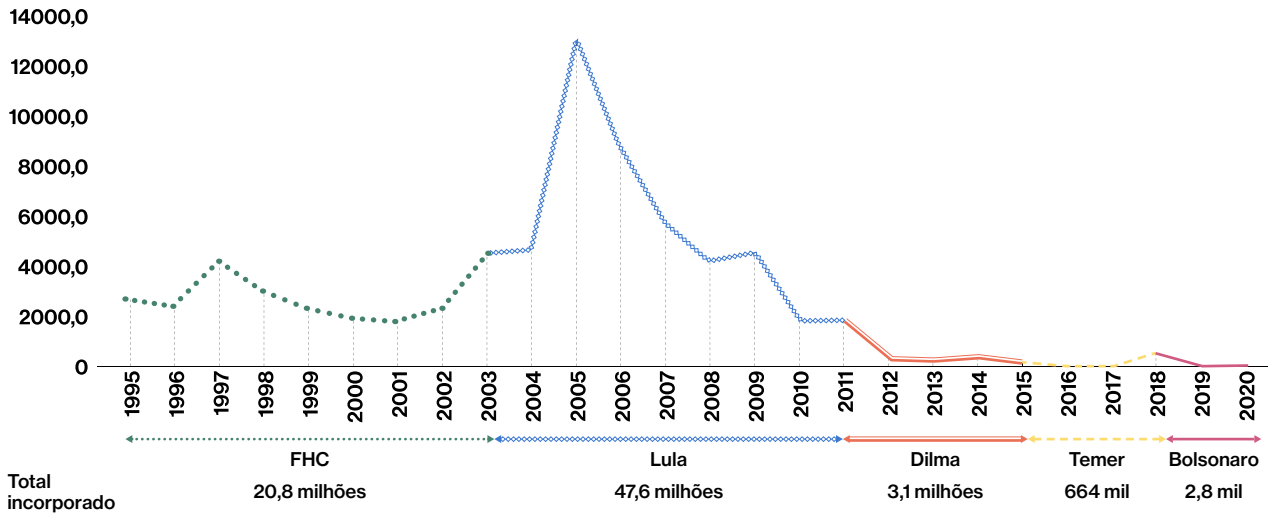
Famílias assentadas (Histórico) x Títulos Emitidos



fonte: Incra

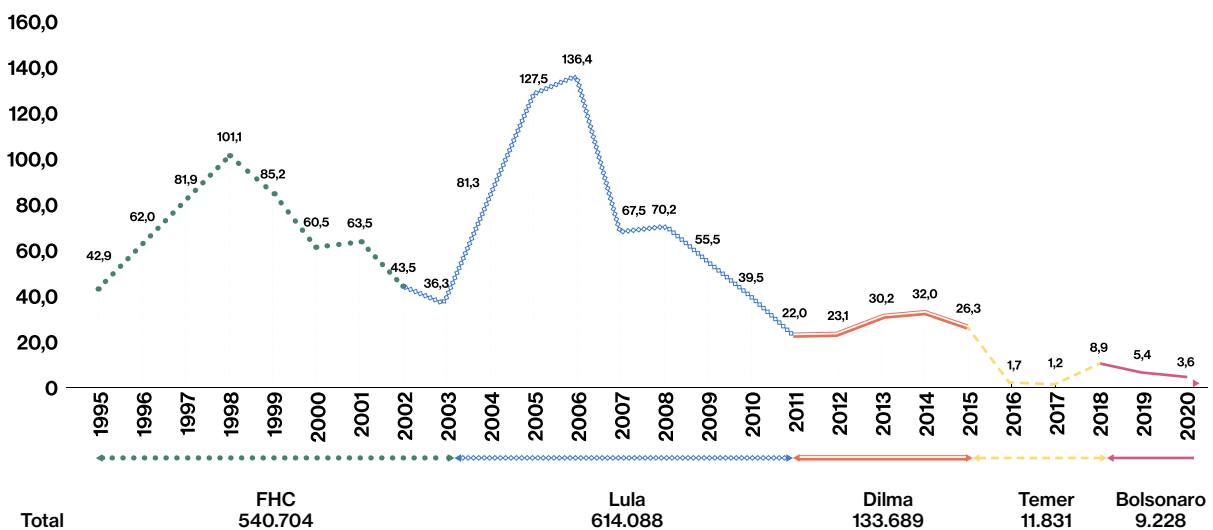
Os dados mostram que o aumento na concessão de títulos provisórios para antigos assentados foi acompanhado pelo fim das desapropriações e aquisições de terras para o Plano Nacional de Reforma Agrária, pela paralisação na criação de novos assentamentos e pela queda no número de famílias assentadas.

Área incorporada ao PNRA nos últimos 25 anos (x1000 hectares)



fonte: Incra

Número de famílias assentadas por ano (x1000)



fonte: Incra

O resultado do desmonte da política de reforma agrária foi o aumento da insegurança para trabalhadores rurais e comunidades tradicionais, acompanhado de agravamento nos conflitos e violência no campo. O número de assassinatos no campo bateu recorde em 2021: foram 36 pessoas, ante 21 em 2020, um aumento de 71%. As mortes em decorrência de conflitos no campo também tiveram aumento recorde no período, passando de 27 em 2020 para 113 em 2021 – um acréscimo de 318%.

Os dados são da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que publica relatório sobre conflitos no campo no Brasil anualmente, em abril – os dados sobre assassinatos e mortes em decorrência de conflitos apresentados aqui já estão atualizados em relação aos do relatório, incorporando informações mais recentes do banco de dados da CPT. Os dados de 2022 serão conhecidos no relatório que será lançado no próximo mês de abril.

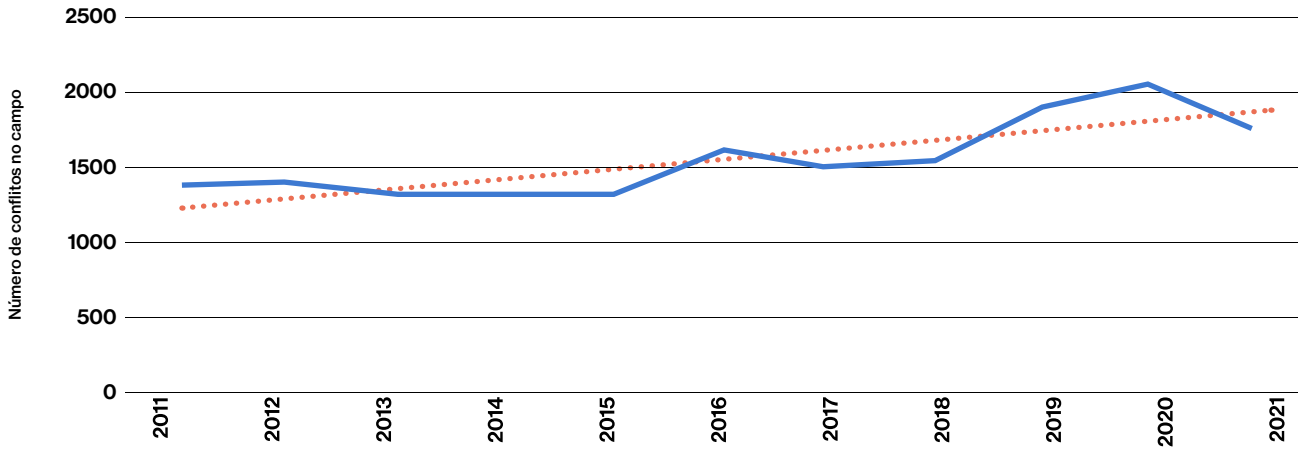
Entre os assassinatos, dois foram massacres. A CPT considera como massacre toda ocorrência de violência em que três ou mais pessoas são assassinadas conjuntamente. Em uma delas, pelo menos três indígenas Moxihatëtëa, classificados como “indígenas isolados”, foram chacinados na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. Na outra, em agosto de 2021, três sem-terra ou “acampados” foram assassinados no Acampamento Ademar Ferreira, em Rondônia. Além desses dados, o relatório registra 75 agressões físicas com ferimentos diversos e 13 ocorrências de tortura praticadas principalmente por donos de terra (no texto, designados como “fazendeiros”).

Os dois primeiros anos da gestão Bolsonaro foram os mais violentos da série histórica, registrada pela CPT desde 1985. Além do número de assassinatos e mortes em decorrência de conflitos, são levantados dados em diversas categorias, como conflitos por água, torturas, violência contra ocupações e posses e outros. Em 2020, foi registrado o maior número desde o início dos levantamentos: foram 2.054 conflitos envolvendo cerca de 1 milhão de pessoas; em 2019, 1.903 conflitos.

Em 2021, foram 1.768 conflitos. A Abra destaca que, mesmo que em 2021 o número geral tenha caído em relação a 2020, os números de conflitos sob Bolsonaro são os maiores de toda a série histórica.

Na avaliação da Abra, os dados refletem os anos de desmonte e recrudescimento da exploração do trabalho no campo e da devastação. “Acelerando-se a partir de 2019, o desmonte dos órgãos de fiscalização (do trabalho, do desmatamento, da mineração ilegal, do meio ambiente, das atividades predatórias da natureza) certamente vem contribuindo para a manutenção e aumento da violência e da impunidade”, avalia a organização, no último relatório da CPT.

Número de Conflitos no Campo Brasil, 2011 a 2021



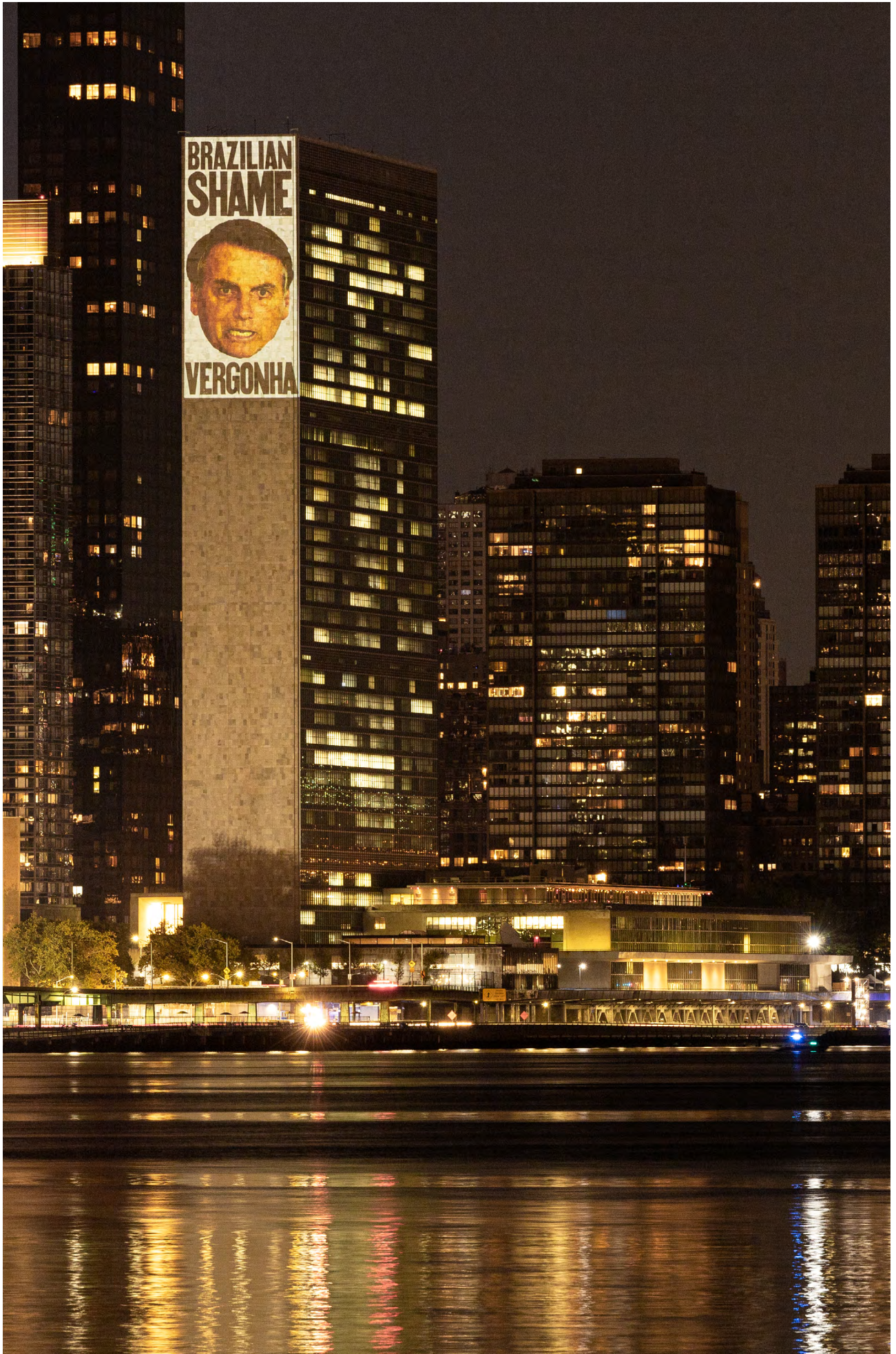
fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino.

03. Indicadores de Desempenho

3.5 Embargos e Descrédito Internacional

“O que vejo nos jornais é que ele xingou a Bachelet, que chamou a mulher do Macron de feia. É feia mesmo, não é nenhuma mentira.”

Paulo Guedes, 5/9/2019



Vergonha internacional: projeção feita por grupo ativista na sede da ONU, em 2022, durante ida de Bolsonaro à Assembleia das Nações Unidas, em Nova York

Em junho de 2019, uma otimista Angela Merkel discursou no Parlamento alemão em defesa do acordo comercial que seria assinado dali a alguns dias entre o Mercosul e a União Europeia. O acordo enfrentava resistência no Parlamento europeu devido à política ambiental do Brasil. Merkel disse que era preciso engajar o governo brasileiro na proteção do ambiente e que não assinar o acordo não salvaria uma única árvore. O agradecimento de Bolsonaro veio em 14 de agosto, quando a crise das queimadas na Amazônia fez o governo alemão suspender um repasse de US\$ 80 milhões para a Amazônia: “Pegue essa grana e refloreste a Alemanha, OK?”

Desde o Dia do Fogo, em 10 de agosto, quando ficou claro para toda a comunidade internacional que a crise ambiental brasileira estava fora de controle e que o governo Bolsonaro não tinha nenhuma intenção de solucioná-la, o país colecionou retaliações, ameaças de boicote, broncas de investidores e corpo mole de parceiros internacionais no fechamento de acordos importantes para o país. O Brasil tornou-se tóxico no exterior – e o sinal mais eloquente disso foi o número de ligações efusivas de líderes internacionais que Lula recebeu na noite de sua eleição e o tratamento de rockstar que teve na COP27, no Egito, em novembro de 2022, quando cumpriu agenda de chefe de Estado dois meses antes de sua posse.

Já em 2019, o país recebeu uma reprimenda de um grupo de 200 investidores com US\$ 16 trilhões em ativos em relação ao aumento

das queimadas^[1]. No mesmo ano, a empresa H&M, controladora da Timberland, anunciou que suspenderia a compra de couro do Brasil por causa do fogo na Amazônia^[2]. O primeiro boicote real e permanente, porém, veio de uma rede de supermercados sueca, a Paradeset, e aconteceu ainda em junho de 2019. No ano seguinte, seis supermercados europeus pararam de comprar carne brasileira, por razões ambientais, e um grupo de três dezenas de investidores com US\$ 4 trilhões em ativos pediu diálogo com o governo brasileiro – último passo antes do desinvestimento – sobre a crise ambiental^[3]. Um deles, a Nordea, parou de comprar títulos brasileiros. Um grupo de 40 supermercados europeus também se manifestou em 2021 contra o PL da grilagem^[4], que, se aprovado, tornaria o controle do desmatamento muito mais difícil.

Por conta das políticas ambientais e antiindígenas de Bolsonaro, o acordo Mercosul-União Europeia teve sua ratificação travada. Países produtores de alimentos da Europa que concorrem com o Brasil e que subsidiam seus produtores, em especial França e Irlanda, arrumaram a justificativa perfeita para se opor ao tratado. Até a publicação deste relatório, o acordo de livre comércio seguia parado. O acesso do Brasil à OCDE (Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico, o clube dos países ricos) também havia sido posto no gerúndio, aguardando a troca de governo.

- [1] <https://oglobo.globo.com/economia/investidores-com-mais-de-us-16-trilhoes-sob-gestao-pedem-acoes-contra-queimadas-na-amazonia-23956102>
- [2] <https://exame.com/negocios/timberland-kipling-vans-e-outras-marcas-suspendem-couro-do-brasil/>
- [3] <https://www.oc.eco.br/investidores-pedem-reunioes-com-governo-brasileiro-sobre-crise-ambiental/?swcfpc=1>
- [4] https://www.retailsoygroup.org/wp-content/uploads/2021/05/Letter-from-Business-on-Amazon_2021.pdf

04.

Programas Ambientais Fake

4.1 Floresta +

“Até o presente momento, decorridos cerca de dois anos do seu lançamento, não há nenhum resultado concreto a ser apresentado pelo Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais – Floresta+”. A conclusão é da Controladoria-Geral da União (CGU), em relatório publicado em novembro do ano passado.

O órgão realizou uma auditoria sobre o programa, lançado em julho de 2020, ainda na gestão de Salles no Ministério do Meio Ambiente, como uma das principais políticas ambientais do governo Bolsonaro. O documento da CGU não deixa dúvidas: o Floresta+ é mais um factoi-de da gestão bolsonarista do MMA, que se especializou em propagandear programas sem ações concretas, metas e, claro, sem resultados.

Na propaganda, o programa atuaria para “criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais”. Deveria oferecer pagamentos e outros incentivos por atividades ambientais de conservação e recuperação em áreas de vegetação nativa localizadas em unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos e propriedades privadas (áreas de preservação permanente, reserva legal ou seu excedente e uso restrito) em todos os biomas brasileiros.

O Floresta+ original – um projeto-piloto para a Amazônia, chamado de Floresta+ Amazônia – foi criado no governo de Michel Temer e obteve US\$ 96 milhões (R\$ 500 milhões) do Fundo Verde para o Clima (GCF, na sigla em inglês) no início de 2019. A verba foi destinada ao Brasil por resultados na redução do desmatamento em 2014 e 2015, no governo Dilma.

Após a eleição de Bolsonaro, o Floresta+ Amazônia foi paralisado e ficou três anos sem sair do papel. Mesmo assim, em redes sociais, o governo afirmava falsamente desde 2021 que teria “destinado” R\$ 500 milhões para pagamentos por serviços ambientais na Amazônia.

Na conclusão do documento sobre o Floresta+, a CGU destaca que “não há nenhum contrato ou projeto de pagamento por serviços ambientais firmado e/ou aprovado no âmbito do programa, assim como ainda não existem cadastros de projetos de serviços ambientais”. Os auditores também relatam “deficiência na definição das competências dos atores envolvidos na implementação e

operacionalização; ausência de critérios para identificação de beneficiários ou do público-alvo; ausência de incentivos para adesão ao programa; bem como a ausência de identificação, documentação e gestão dos riscos envolvidos em sua implementação”.

Durante a gestão de Salles, o Floresta+ era tocado pelo então secretário da Amazônia e de Serviços Ambientais do ministério, Joaquim Leite. Ele tornou-se ministro, mas o programa seguiu parado. Os componentes, segundo a auditoria da CGU, nunca passaram de slides num Powerpoint que Leite exibia em reuniões.

04. Programas Ambientais Fake

4.2 Lixão Zero

Apresentado como o principal resultado da chamada “agenda ambiental urbana” do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Lixão Zero foi outro que só existiu na propaganda. Da Conferência do Clima em Glasgow aos debates presidenciais, passando pela mensagem enviada pelo ex-presidente ao Congresso no início de 2022, os números foram efusivamente apresentados por Joaquim Leite e Jair Bolsonaro. Até meados de 2022, o governo alegava ter fechado 645 lixões em todo o país, o que representaria, segundo o próprio governo, 20% do total.

O dado não consta de nenhuma base pública. O MMA nunca apresentou a lista dos municípios que teriam encerrado a destinação inadequada de resíduos sólidos e, procurado, atribuiu os dados a uma associação privada, a Abetre (Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes). Levantamento realizado pelo *Fakebook.eco* no primeiro semestre de 2022 mostrou que pelo menos 195 dos 645 lixões listados pela Abetre (30%) já estavam desativados ao menos desde 2018.

O levantamento cruzou a lista apresentada pela Abetre com dados do Snis (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), mantido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional. Das 645 cidades, pelo menos 195 já destinavam o lixo para aterros sanitários desde 2018 ou antes. O programa Lixão Zero foi lançado em abril de 2019. O Fakebook.eco procurou as 195 prefeituras, e 107 responderam confirmando a informação do MDR.

O próprio governo reafirma que a principal fonte oficial sobre resíduos sólidos urbanos no país é o Snis. No documento de lançamento do Lixão Zero, que não tem metas nem previsão orçamentária, o MMA afirma que os dados do Snis serão usados como “indicadores para o tema disposição final ambientalmente adequada”. Questionado sobre a discrepância nos dados, o presidente da Abetre, Luiz Gonzaga, afirmou que o levantamento usado pelo MMA seria revisto. “Vamos fazer uma auditoria para verificar os dados”, disse Gonzaga, que em fevereiro de 2019 havia assinado um “acordo de cooperação técnica” com o então ministro Ricardo Salles.

A auditoria não foi divulgada, mas o Lixão Zero continuou aparecendo na propaganda do regime Bolsonaro. No segundo semestre, as cifras começaram a aumentar. Em julho, em audiência na Câmara dos Deputados, Leite afirmou que uma nova lista seria divulgada, com o fechamento de mais de 700 lixões. Já no balanço de gestão do Ministério do Meio Ambiente, publicado em dezembro do ano passado, o governo já falava

em “807 lixões encerrados, o que representa uma queda de 25% das áreas irregulares de disposição de resíduos”. Os dados são creditados à mesma Abetre que não apresentou a auditoria prometida.

04. Programas Ambientais Fake

4.3 Combate ao Lixo no Mar

O que seria a principal ação para preservação da costa brasileira, o Programa de Combate ao Lixo no Mar, recolheu desde 2019 apenas 0,12% dos resíduos plásticos despejados no litoral do país anualmente. E isso na melhor das hipóteses. Em painel divulgado durante a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre os Oceanos, em Lisboa, em junho do ano passado, o Ministério do Meio Ambiente apresentou o programa e afirmou ter realizado 460 mutirões de limpeza de praia, que teriam recolhido, até aquela data, 279 toneladas de lixo desde 2019.

Em outubro, o MMA quase dobrou a aposta e passou a citar “cerca de 400 toneladas de resíduos” recolhidas desde o lançamento do plano. Curiosamente, os números relativos às ações de limpeza caíram: os novos dados passaram a citar 200 ações em praias, rios e mangues. Mesmo considerando o maior volume recolhido, de 400 toneladas de lixo, o resultado é irrisório: representa apenas 0,12% das 325 mil toneladas de resíduos plásticos

despejadas por ano na costa do Brasil, segundo estudo da Oceana publicado em dezembro de 2020. O número apresentado em junho, de 279 toneladas, representava 0,03% dos resíduos despejados anualmente.

A inconsistência é tanta que os dados voltaram a se inverter no relatório de gestão do MMA, lançado no final de 2022. O documento aponta que, ao final do mandato, teriam sido recolhidas no total 311 toneladas de lixo, e não mais 400 toneladas, como dito em outubro. O número de mutirões (que era de 460 na primeira divulgação e depois caiu para 200 em outubro) voltou a subir: segundo o governo, foram realizadas 554 ações de limpeza entre 2019 e 2022.

Em junho de 2022, o *Fakebook.eco* mostrou que o dado de 460 mutirões de limpeza de praia, apresentado pelo MMA na conferência da ONU em Lisboa, havia sido inflado: ele considerava ações realizadas por ONGs, outros órgãos públicos e instituições privadas. Em três anos, o programa federal havia realizado apenas 41 mutirões de limpeza.

Planilhas obtidas pelo *Fakebook.eco* mostraram que os 41 mutirões realizados pelo MMA recolheram apenas 7,4 toneladas e se limitaram a cinco dos 17 estados costeiros, com ações em apenas 28 dos 279 municípios litorâneos. Esses mutirões ocorreram a partir de um projeto de cooperação técnica com a Alemanha.

Lançado em março de 2019, o Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (PNCLM) previa 30 ações, mas pelo menos 25 foram abandonadas: as versões do plano lançadas nos anos

seguintes (2020, 2021 e 2022) têm apenas cinco iniciativas previstas. Na prática, foram realizados apenas os mutirões, sem ação coordenada para formulação e execução de políticas públicas.

04. Programas Ambientais Fake

4.4 Adote um Parque

Denunciado por comunidades tradicionais, questionado por juristas e alvo de recomendação do Ministério Público Federal, o programa Adote Um Parque chegou ao final da gestão Bolsonaro virtualmente sem resultados. Somente três das 132 unidades de conservação que seriam “beneficiadas” pelo programa foram “adotadas” pela iniciativa privada até o final de 2022, segundo o balanço de gestão do MMA. Acredite quem quiser no número, já que o documento não apresenta sequer os valores investidos e os nomes das empresas participantes.

Lançado com pompa e circunstância em cerimônia no Palácio do Planalto pelo então ministro Ricardo Salles e pelo presidente do Carrefour em 2021, o programa Adote Um Parque foi instituído via decreto e apresentado como uma forma de “atrair recursos para custear a conservação e manutenção das unidades de conservação federais”, começando pela Amazônia Legal.

O programa previa que a iniciativa privada repassasse recursos diretamente às unidades de conservação

e, em troca, ganhasse o direito à exploração comercial de espaços nas áreas “adotadas”.

As populações residentes em Reservas Extrativistas (Resex) jamais foram consultadas sobre sua inclusão no programa, o que levou o Ministério Público Federal a considerar que o Adote Um Parque feria os direitos das comunidades tradicionais. O MPF recomendou a exclusão de todas as Resex do programa. O governo Bolsonaro ignorou a recomendação e manteve todas elas na lista de unidades disponibilizadas à iniciativa privada.

Os problemas e críticas à lógica do projeto são muitos, mas o Adote Um Parque falhou até mesmo para entregar o que prometeu. Sequer a adoção da Reserva Extrativista do Lago do Cuniã, em Rondônia, pelo Carrefour, anunciada por Salles na cerimônia de lançamento como a primeira realização do programa, foi concluída. No relatório do MMA, a unidade é listada entre as quatro que ainda estão “em processo de adoção”. Não há explicações sobre o andamento dos processos e suas etapas.

Segundo documentos obtidos pelo OC via Lei de Acesso à Informação, o Instituto Chico Mendes (ICMBio) só foi instado a levantar as necessidades dos parques “adotados” após a assinatura dos termos de adoção.

Em 22 de dezembro, solicitamos ao ICMBio informações atualizadas sobre o programa, com número e nome de parques adotados, valores investidos e nomes dos investidores. A resposta foi que “O Programa

[Adote Um Parque] não é mais gerido pelo MMA”. Segundo a assessora do órgão, as informações estariam no site oficial, no qual o Adote Um Parque aparece vinculado ao MMA. No relatório lançado no dia 30 de dezembro, ao apagar das luzes de 2022, o programa aparece como uma das ações do ministério, sem qualquer menção a mudanças na gestão.

04. Programas Ambientais Fake

4.5 Programa de Crescimento Verde

“Ora, o objetivo é tirar esse petróleo o mais rápido possível e transformar em educação, investimento, educação, tecnologia. Tem que sair mais rápido. Não adianta ficar uma placa dizendo que é estatal e o petróleo não sai do chão.”

Paulo Guedes, 25/10/2021

Lançado às vésperas da COP26, em 2021, o Programa Nacional de Crescimento Verde (PNCV) foi uma iniciativa conjunta entre o MMA de Joaquim Leite e o Ministério da Economia de Paulo Guedes. Segundo o governo, seu principal objetivo seria “aliar redução das emissões de carbono, conservação de florestas e uso racional de recursos naturais com geração de emprego verde e crescimento econômico”, com medidas que contribuiriam para “consolidar o Brasil como a maior potência verde do mundo”.

A ideia de consolidar a “maior potência verde do mundo” enquanto recordes em desmatamento e queimadas eram quebrados, por si, já soa fake. Mas o decreto que instituiu o programa é um capítulo à parte. Diretrizes genéricas, um amontoado de ações vagas e nenhuma referência a prazos, valores, metas, responsabilidades e participação da sociedade.

Nenhum resultado foi apresentado. Na página do programa, há o anúncio da criação de um comitê de governança, que seria responsável pelo “planejamento, a execução e o monitoramento de resultados”. Documentos disponibilizados no site mostram que o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima e Crescimento Verde (na verdade, apenas uma mudança de nome do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, que já existia) realizou sua última reunião em junho de 2022, e instituiu grupos de trabalho.

Entre eles, o responsável pelo Programa Nacional de Crescimento Verde. O grupo se reuniu apenas três vezes, entre maio e julho de

2022. Em seu último encontro, ainda discutia a apresentação de uma “primeira versão de proposta”. O PNCV nem sequer aparece entre as ações apresentadas no balanço de gestão do MMA.

04. Programas Ambientais Fake

4.6 Mercado de Carbono

Segundo o governo Bolsonaro, uma de suas principais realizações na área ambiental teria sido a “criação do mais moderno e inovador mercado regulado de carbono” no Brasil. Joaquim Leite declarou várias vezes que a criação do mercado de carbono seria uma das mais importantes “conquistas ambientais” da gestão.

Em maio de 2022, o governo instituiu o que chama de mercado regulado de carbono via decreto, deixando de lado iniciativas legislativas como o Projeto de Lei 528/2021, do deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), que vinha sendo discutido no Congresso – e ficou travado desde que a deputada pistoleira Carla Zambelli (PL-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, alterou o texto de consenso.

A medida do governo, além de genérica e sem definições sobre controle e acompanhamento de planos setoriais para redução de emissões de gases-estufa, deixou de fora comunidades tradicionais. Especialistas apontam que o decreto sequer criou um mercado de carbono voluntário,

muito menos um mercado regulado, como alardeou o governo Bolsonaro.

Em entrevista à agência *Pública*, Luan Santos, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), explicou que a existência de um mercado regulado de carbono, como o da União Europeia, demanda mais do que transações diretas entre organizações para compra e venda de créditos de carbono. Ele depende da institucionalização, com participação do Estado, para gerir as movimentações de créditos com mecanismos públicos de verificação e controle. Nada disso foi criado no Brasil.

Segundo o professor, o que o governo fez foi estabelecer alguns procedimentos para a criação de planos setoriais de mitigação, indicando como os setores deveriam estabelecer as suas metas. Além disso, criou o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que reuniria as informações de redução de emissão por setor. “Não tem mercado nenhum, o que tem é um avanço, não lá dos mais significativos, relacionado a como a gente vai avançar no mercado de carbono. Dizer que a gente tem um mercado global de carbono é para inglês ver” afirmou o pesquisador.

Tem mais: segundo Leite, o país teria sido protagonista na pauta também internacionalmente. “O Brasil liderou a criação do mercado global de carbono, na #COP26”, disse, em mais de uma oportunidade.

Na verdade, a atuação do Brasil na COP26, em 2021, quanto ao artigo 6 do Acordo de Paris foi simplesmente parar de travar o artigo mais sensível

em discussão, o 6.4, o que vinha fazendo desde 2018. O artigo prevê que todos os créditos de carbono vendidos no chamado chamado Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável terão de sofrer “ajustes correspondentes”, ou seja, precisarão ser descontados das metas do comprador e acrescidos às metas do vendedor, de forma a não serem descontados duas vezes (“dupla contagem”).

O Brasil de Bolsonaro foi retaguarda, contribuindo para um atraso de três anos na resolução da polêmica quanto ao artigo 6.4. Além disso, emplacou uma exigência imoral da indústria brasileira nas negociações: os créditos de carbono do chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto gerados até 2013 poderão não apenas ser carregados para dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável, como também poderão ser usados pelos países para cumprir suas NDCs no Acordo de Paris, comprometendo a ambição das metas. Ao menos, o volume em toneladas de CO2 desses créditos não é muito grande, o que não prejudica o mercado de carbono de forma geral.

04. Programas Ambientais Fake

4.7 Poluição do Ar

Outro filhote da “Agenda Ambiental Urbana” – como o Lixão Zero e o Combate ao Lixo no Mar –, o Programa Nacional Ar Puro foi lançado em 2021 sob o anúncio de que iria “melhorar a qualidade do ar nos centros urbanos”. Com desmatamento e queimadas em alta, ausência de políticas para mobilidade urbana e transporte limpo, o que sobrou para o governo foi lançar um aplicativo.

O “Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAr”, apresentado como a grande entrega do programa, é na verdade uma ferramenta que compila dados sobre a qualidade do ar de oito das 27 unidades federativas do Brasil e os disponibiliza em um aplicativo. Olhando pelo lado positivo, é mais do que um Powerpoint.

05.

Segurando a Boiada

5.1 Vitórias no STF

“O que são esses cupins? O cupim do autoritarismo, o cupim do populismo, o cupim de interesses pessoais, o cupim da ineficiência administrativa. Tudo isso ajuda a construir um quadro que faz com que não se tenha cumprimento objetivo garantido, de conteúdo, da matéria constitucional devidamente assegurada.”

Cármem Lúcia, 31/3/2022



Eminências: Caetano Veloso e a ministra Cármen Lúcia, então presidente do STF, em visita feita por artistas, em plena pandemia de Covid-19, para pedir prioridade no julgamento de pautas ambientais

Duas decisões históricas do Supremo Tribunal Federal, uma em julho e outra em novembro de 2022, ajudaram a frear a ofensiva antiambiental que vinha do Executivo e do Legislativo. Além de segurar as boiadas, as decisões criaram jurisprudência para futuras decisões em favor do meio ambiente.

No dia 1/7, o STF julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 708, proibindo o contingenciamento de verbas do Fundo Clima e determinando que o governo federal adotasse providências para restabelecer seu funcionamento.

A ação, movida por PSOL, PSB, PT e Rede, denunciou a sabotagem do regime Bolsonaro ao fundo. O relator, ministro Luís Barroso, declarou em seu voto que a proteção do clima é um valor constitucional. Omissões ou ações contrárias a ela são, portanto, violações à Constituição e aos direitos humanos, passíveis de sanção pelo Supremo.

Em novembro, por 10 votos a 1 (do ministro bolsonarista Kássio Nunes Marques), o STF condenou o governo a reativar o Fundo Amazônia, parado desde 2019. A corte julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 59, movida pelos mesmos partidos em 2020, que apontava a omissão dolosa e inconstitucional do governo ao deixar deliberadamente R\$ 3,2 bilhões parados no fundo enquanto a floresta amazônica pegava fogo e sofria taxas recordes de desmatamento.

O Observatório do Clima prestou assessoria técnica aos partidos na

elaboração da ação e é, juntamente com o Instituto Alana e a Conectas Direitos Humanos, *amicus curiae* no processo.

Relatada pela ministra Rosa Weber, atual presidente do STF, a ADO 59 integra o chamado “pacote verde” da corte, que conta com outras cinco ações com a temática ambiental pautadas para julgamento ao mesmo tempo, na esteira do Ato pela Terra de 9 de março. Na ocasião, 50 mil pessoas se uniram em Brasília para protestar contra o desmonte socioambiental do governo Bolsonaro.

Relatora das ações ADPF 760 e ADO 54, que apontam omissão deliberada do governo no combate ao desmatamento, a ministra Cármen Lúcia proferiu voto em abril do ano passado apontando que a governança ambiental brasileira sofreu “cupinização institucional” e que o meio ambiente no regime Bolsonaro era uma “caquistocracia”, ou seja, o governo dos piores.

05. Segurando a Boiada

5.2 Salles Demitido, Bim Afastado

“Tem gestor que se sente constrangido com reportagem de jornal etc. Eu não: sou um psicopata, não tô nem aí. Ah, operação da Polícia Federal, vão pedir seu afastamento. Beleza, licença-prêmio, 90 dias afastado, tô nem aí.”

Eduardo Bim, 6/5/2022

Em junho de 2021, após dois anos e meio desmontando a governança ambiental no Brasil, Ricardo de Aquino Salles finalmente pedia demissão do cargo de ministro do Meio Ambiente. Salles saiu do ministério que jamais deveria ter ocupado por suspeita de envolvimento em nove crimes (entre os quais corrupção e contrabando de madeira).

Um mês antes, em maio de 2021, endereços ligados a Salles e ao MMA haviam sido alvo de busca e apreensão na operação Akuanduba, da Polícia Federal, que investigava crimes de corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando. As investigações levaram também ao afastamento de Eduardo Bim, homem de confiança de Salles, da presidência do Ibama. Bim foi o primeiro presidente da autarquia fundada em 1989 afastado pela Justiça no exercício da função.

Segundo o despacho do ministro do STF Alexandre de Moraes que determinou o afastamento, Bim, Salles e outros 21 servidores públicos e empresários são suspeitos de integrar o que a Polícia Federal chama de “um grave esquema criminoso de caráter transnacional”. Bim teria intercedido a favor de empresas madeireiras e da Aimex (Associação das Indústrias Exportadoras de Madeira do Pará) ao revogar uma instrução normativa de 2015 e baixar um despacho autorizando a exportação de madeira sem vistoria da carga.

Em abril, uma notícia-crime apresentada pelo ex-superintendente da PF no Amazonas, Alexandre Saraiva, havia acusado Salles de proteger madeireiros investigados pela Ope-

ração Handroanthus GLO. Em dezembro de 2020, a operação realizara a maior apreensão de madeira nativa da história do Brasil, na Amazônia.

A partir da notícia-crime, o STF instaurou inquérito para investigar Salles. No entanto, após a exoneração do cargo de ministro, Salles perdeu foro privilegiado. O inquérito saiu do STF e foi enviado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Já as investigações da operação Akuanduba foram enviadas por Alexandre de Moraes para a Justiça Federal do Pará. Bim retornou ao comando do Ibama em agosto de 2021, após cumprir 90 dias de afastamento, de onde só saiu no dia 1º de janeiro deste ano, exonerado pelo novo governo.

Apesar de a demissão ter sido, obviamente, motivo de comemoração, Salles cumpriu com extrema eficiência os objetivos declarados de Jair Bolsonaro: fechar na prática o Ministério do Meio Ambiente e “meter a foice” nos órgãos ambientais. Deixou para Joaquim Leite, seu aliado, ex-secretário e sucessor, um legado de dois anos de desmatamento em alta, dois recordes sucessivos de queimadas na Amazônia, 26% do Pantanal carbonizado, omissão diante do maior derramamento de óleo da história do Brasil, emissões de carbono em alta e a imagem internacional do país na lama.

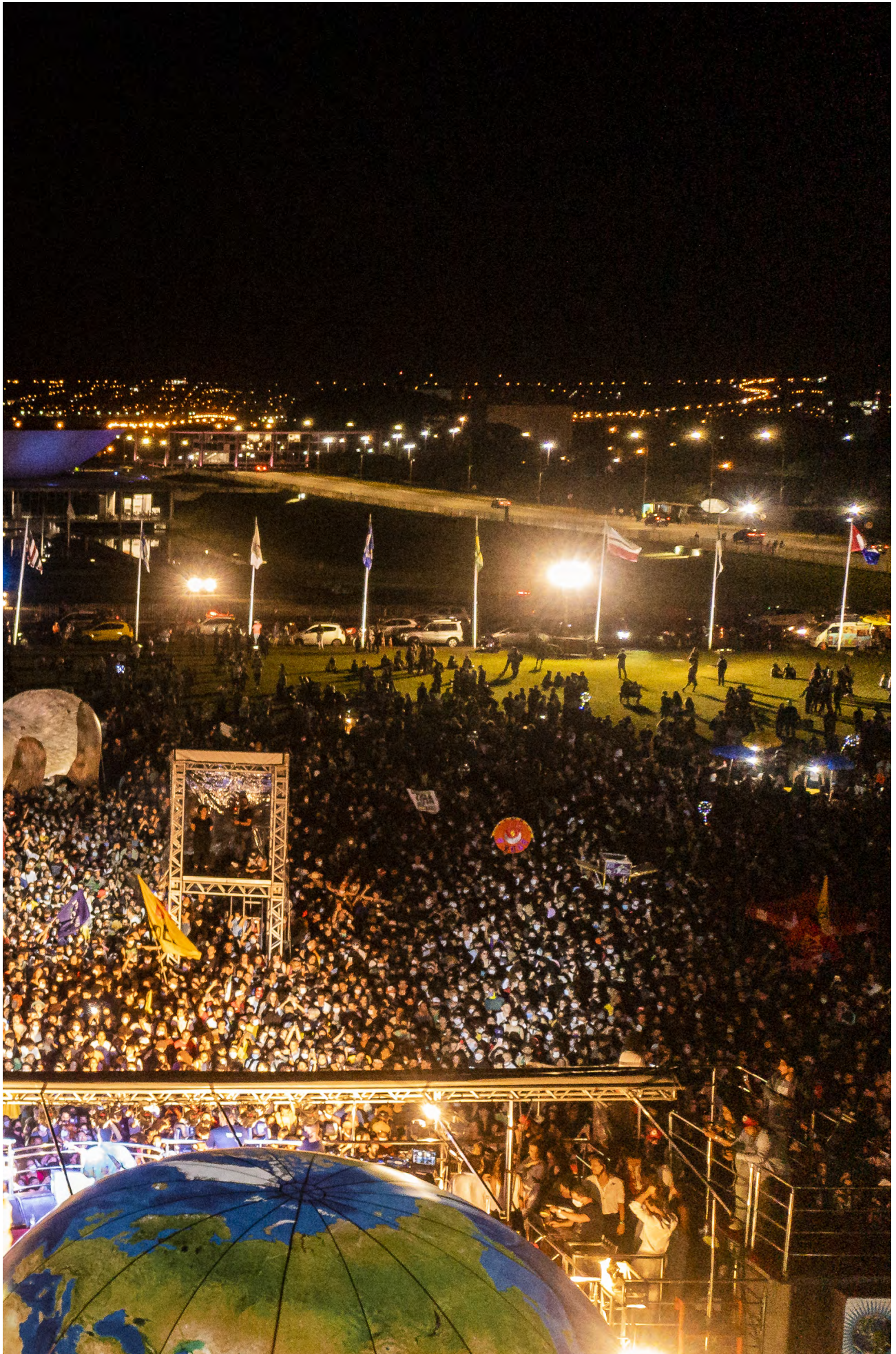
05. Segurando a Boiada

5.3 Boiadas Barradas no Congresso

Constava nos autos, nas bulas, nos dogmas, estava computado nos dados oficiais: Arthur Lira não nos daria nenhum dia de paz. A segunda edição deste relatório, em 2021, já previa que a eleição do poderoso do PP de Alagoas para a presidência da Câmara destamparia o bueiro das pautas antiambientais e anti-indígenas no Congresso^[1], já que Lira era aliado de Jair Bolsonaro. Seu antecessor, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vinha segurando projetos como a mineração em terras indígenas e a lei de licenciamento, por ter se comprometido com artistas e sociedade civil a não pautar temas que não fossem de consenso. Lira não tinha essas amarras e abriu a porteira.

No último biênio do governo Bolsonaro, um conjunto de medidas apelidado de Pacote da Destruição foi objeto de batalhas entre bancada ruralista, oposição e sociedade civil. Entre elas cinco causam preocupação especial: os PLs 2.633 (Câmara) e 510 (Senado), que anistiam a grilagem de terras e tramitam juntos; o PL 490, da Câmara, que na prática





Ato pela Terra: campanha uniu artistas, ambientalistas, juristas e população civil, em Brasília, para pressionar contra o “Pacote da Destruição” em andamento no Congresso

inviabiliza as demarcações de terras indígenas; o PL 191, de autoria do Executivo, que libera garimpo e outras atividades em terras indígenas; o PL 6.299, que retira do Ibama e da Anvisa o poder de veto sobre a liberação de agrotóxicos; e a “mãe de todas as boiadas”, o PL 2.159, que virtualmente extingue o licenciamento ambiental no Brasil.

À exceção dos PLs sobre indígenas, todos os itens principais do Pacote da Destruição foram aprovados no plenário da Câmara, seguindo o rito liresco de ninguém conhecer o texto a ser votado até o momento da votação. No Senado, uma mobilização maciça que incluiu até a cantora Anitta^[2] pressionou o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), a segurar as votações. Em 9 de março de 2022, o cantor Caetano Veloso levou cerca de 40 artistas e dezenas de representantes de ONGs e movimentos sociais ao Senado no Ato pela Terra, uma mobilização contra o Pacote da Destruição que reuniu 50 mil pessoas na Esplanada dos Ministérios. Foi o maior ato ambiental já realizado no Brasil fora de conferências da ONU. Enquanto Caetano discursava num carro de som Arthur Lira aprovava o requerimento de urgência para votar o PL 191 no plenário^[3].

Com toda a movimentação, e apesar da correlação de forças francamente desfavorável à agenda socioambiental, o regime de Bolsonaro acabou com relativamente poucas derrotas parlamentares para a agenda. As mais importantes foram a privatização da Eletrobras, que veio acompanhada de um “jabuti” que obriga a

contratação de 8 gigawatts de gás natural na matriz elétrica (o que, segundo cálculos do lema, aumentará em 30% as emissões de carbono do setor^[4]), o programa de “carvão sustentável” de Santa Catarina, que permitirá ao Brasil construir novas termelétricas a carvão mineral até 2040, e a Lei 14.285, que permitiu aos municípios reduzirem áreas de preservação permanente (APPs) em zona urbana^[5].

05. Segurando a Boiada

5.4 Virando a página

Lula foi eleito com o programa mais verde entre os candidatos à Presidência. Após a adesão de Marina Silva à campanha, condicionada à inclusão de compromissos ambientais, avançou em itens como a agricultura de baixo carbono, a demarcação de terras indígenas, a criação de unidades de conservação e o fortalecimento dos órgãos ambientais.

Meio ambiente e clima ganharam destaque nas falas, entrevistas e discursos de Lula que, ainda como presidente eleito, anunciou a “volta do Brasil” à agenda climática na COP27. Na ocasião, cobrou o cumprimento de promessas de financiamento por países ricos e disse que o combate à mudança do clima teria “o mais alto perfil” na estrutura do seu governo.

As promessas bambearam na transição, quando uma parte do PT tentou fritar Marina Silva e dar o ministério à neófito (e ruralista histórica) Simone Tebet. Mas Marina acabou levando o Meio Ambiente, na posse mais concorrida de todas as 37 do gabinete de Lula.



Recomeço: a eleição de Lula colocou um ponto final no governo Bolsonaro, mas não no bolsonarismo, que ainda segue vivo nos dados de destruição da Amazônia

Em seu primeiro dia de governo, Lula assinou uma série de decretos para retomar políticas ambientais enterradas por Jair Bolsonaro e revogar medidas da última gestão, como a que estimulava o garimpo em áreas protegidas. Retomada do Fundo Amazônia, transferência do Cadastro Ambiental Rural (CAR) do Ministério da Agricultura para o do Meio Ambiente e a incorporação da Mudança do Clima ao nome do ministério foram algumas das medidas.

O ministério dos Povos Indígenas foi criado e a Funai passou a se chamar Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Sonia Guajajara se tornou a primeira indígena a comandar um ministério no Brasil, e Joenia Wapichana, a primeira a presidir a Funai. O Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), extinto por Bolsonaro em seu primeiro ano de governo, foi retomado.

05. Segurando a Boiada

5.5 Europa Contra o Desmatamento

Na madrugada de 5 para 6 de dezembro do ano passado, a União Europeia aprovou uma regulação proibindo a entrada no mercado europeu de commodities produzidas em áreas desmatadas após 31 de dezembro de 2020. A vitória histórica para as florestas foi especialmente auspiciosa para a Amazônia brasileira: a Europa é o segundo maior mercado consumidor de commodities do Brasil, e um regulamento rígido sobre desmatamento por parte do bloco tende a ser usado como referência pelos outros importadores, como China e Estados Unidos.

Não fazia nem uma semana que os dados anuais do sistema Prodes, do Inpe, haviam sido finalmente divulgados, revelando que a alta de desmatamento na Amazônia nos quatro anos de Bolsonaro foi de 59,5%, em relação aos quatro anos anteriores (governos Dilma e Temer).

A nova legislação foi uma derrota não só para o ex-governo, mas também para sua base aliada, que continua organizada e atuante na nova gestão presidencial. Com a

regulação, o setor privado tende a se mover em direção ao cumprimento da meta anunciada por Lula, de zerar o desmatamento no país até 2030.

Embora contenha uma série de falhas – como deixar de fora da proteção o Cerrado brasileiro –, o novo regulamento é um marco histórico: pela primeira vez, os compradores de commodities poderão auditar os vendedores e rejeitar carne, soja, madeira, borracha, cacau, café e óleo de dendê vindos de qualquer propriedade com desmatamento ou degradação, legal ou ilegal.

O texto promete revisar a lei um ano após sua entrada em vigor para avaliar a inclusão de *other wooded land*; em dois anos, de outros biomas. Também ficou para revisão a responsabilização de bancos e outras instituições que financiam o desmatamento. Somente entre 2016 e 2020, os bancos europeus lucraram € 401 milhões em negócios com empresas que desmatam florestas tropicais.

Outro ponto que sofreu no acordo final foi o de direitos humanos. Ausente da proposta original da Comissão Europeia, apresentada em novembro de 2021, a inclusão de uma menção a direitos humanos gerou intensa pressão do movimento indígena.

O Parlamento avançou nesse ponto, mas na negociação final com a Comissão Europeia e o Conselho Europeu (representação dos Estados-membros), o item foi enfraquecido.

A data de corte da legislação, dezembro de 2020, significa que as

auditorias feitas pelos compradores (chamadas *due diligence* no jargão do mercado) nos vendedores deverão recusar produtos cultivados ou criados em áreas desmatadas após essa data. Isso premiará, por exemplo, produtores que desmataram em metade do mandato de libera-geral do governo Bolsonaro. No Brasil, a moratória da soja já audita propriedades desde 2006 e havia condição técnica de recuar a data de corte para antes de 2020. Prevaleceu a proposta original da Comissão Europeia em vez da do Conselho Europeu, que queria 2023.

- [1] <https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2021/03/Passando-a-boiada-1.pdf>

- [2] https://cultura.uol.com.br/noticias/20041_atencao-para-a-boiada-da-grilagem-anitta-se-posiciona-sobre-pl-5102021-no-twitter.html

- [3] <https://www.oc.eco.br/milhares-se-unem-pela-terra-e-lira-passa-a-boiada/>

- [4] A nota técnica do lema fala em 24%, mas com base numa potência instalada em gás de 6 GW, inferior à que foi aprovada pelo Congresso. <https://energiaambiente.org.br/produto/questionamentos-a-insercao-de-termeletricas-a-gas-natural-na-medida-provisoria-1-031-2021>

- [5] <https://www.oc.eco.br/partidos-questionam-no-stf-lei-que-alterou-as-apps-urbanas/>



Ativistas exibem camisetas em comemoração ao retorno do Brasil à agenda climática na COP27, em Sharm El-Sheikh

06.

Próximos capítulos

A herança do bolsonarismo começou a ser desfeita rapidamente pelo governo Lula.

Logo no primeiro dia de mandato, 2 de janeiro, o presidente adotou 13 (o número é mera coincidência) medidas socioambientais para avançar na agenda e revogar atrocidades de Ricardo Salles e Jair Bolsonaro^[1]. O PPCDAm foi recriado, o Fundo Amazônia foi retomado, o Conama foi recomposto, a “conciliação ambiental” foi extinta e a figura exótica do “garimpeiro artesanal”, criada pelo ex-governo para facilitar a vida dos ilegais, foi anulada. A transição de governo também garantiu um respiro orçamentário para o Ministério do Meio Ambiente, recompondo os recursos da pasta em meio bilhão de reais e devolvendo o Orçamento a níveis pré-Bolsonaro^[2].

A página do bolsonarismo, porém, mostrou que não seria virada tão facilmente: exatamente uma semana após a catarse da posse, quando o cacique Raoni subiu a rampa e uma catadora negra passou a faixa ao presidente, a Esplanada dos

Ministérios foi invadida por uma turba bolsonarista que, com apoio das Forças Armadas e cumplicidade da Polícia Militar do Distrito Federal, destruiu as sedes dos Três Poderes. O bolsonarismo segue firme e forte no Congresso, aliado com o ruralismo e ainda entranhado nas Forças Armadas, o que trará problemas para a agenda climática e ambiental nos próximos quatro anos.

O governo agiu corretamente ao botar o Ibama em campo com a Força Nacional para tirar os garimpeiros da terra Yanomami sem esperar a catimba do Ministério da Defesa, que queria fazer um “diagnóstico” da situação antes. Outros territórios indígenas, notadamente dos Kayapó e dos Munduruku, precisarão do mesmo ímpeto – bem como a Terra Indígena Apyterewa, dos indígenas Parakanã, onde grileiros tentam criar um fato consumado e abocanhar um naco do território.

Diante do tamanho do desmonte e da diversidade das forças que compõem a coalizão governista, o atual governo já mereceria crédito apenas por estancar o genocídio indígena e botar o Ministério do Meio Ambiente em pé outra vez. Mas a crise climática não vai esperar o Brasil, como mostraram as chuvas no litoral norte de São Paulo no Carnaval de 2023. Lula precisará avançar em pontos cruciais da agenda e barrar retrocessos também cruciais. A sociedade civil já fez uma série de recomendações ao novo governo, sintetizadas no primeiro volume da estratégia Brasil 2045, do OC, e em parte acatadas pela transição. Mas há três coisas que Lula precisa fazer

ainda em 2023 para mostrar que seu discurso no Egito era para valer:

- **REVER A NDC DO BRASIL:** O novo governo precisa urgentemente eliminar a “pedalada” da NDC, garantindo o fim do retrocesso - e então iniciar um debate com a sociedade civil para a construção de uma meta compatível com o papel do Brasil em limitar o aquecimento global a 1,5°C. O Observatório do Clima já havia mostrado que o país pode adotar uma meta de redução de emissões de 81% até 2030, chegando àquele ano com o desmatamento zerado e emissões líquidas na casa das 400 milhões de toneladas de CO2 equivalente.
- **BARRAR O PACOTE DA DESTRUÇÃO:** Controlar emissões com o fim do licenciamento ambiental ou com a anistia à grilagem de terras será extremamente difícil e custoso. O governo precisa empenhar sua força política para enterrar os projetos de lei ecociadas que tramitam no Parlamento.
- **ANULAR A LICENÇA PRÉVIA DA BR-319:** A rodovia Porto Velho-Manaus recebeu uma licença prévia irregular do Ibama, contrariando pareceres técnicos do próprio instituto, por pressão do então ministro da Infraestrutura e atual governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. A estrada corta o maior bloco de florestas intocadas da Amazônia, e estudos de Raoni Rajão, atual diretor de Combate ao Desmatamento do Ministério do Meio Ambiente, já mostraram que sua pavimentação faria o desmate quadruplicar,

ao franquear acesso a grileiros e madeireiros às florestas do Amazonas. Em 2009, o Ministério do Meio Ambiente havia imposto uma série de condicionantes ao licenciamento da 319. Estas precisam ser cumpridas antes da emissão da licença prévia.

[1] <https://www.oc.eco.br/revogaco-ambiental-acaba-com-conciliacao-fake-reativa-fundo-amazonia-e-tira-car-da-agricultura/?swcfpc=1>

[2] <https://www.oc.eco.br/orcamento-do-mma-tem-recomposicao-de-meio-bilhao-e-retorna-aos-valores-pre-bolsonaro/?swcfpc=1>

Expediente:

Textos

Leila Salim Leal
Claudio Angelo
Suely Araújo

Edição

Claudio Angelo
Roberto Kaz

Direção de Arte

Pedro Inoue

Design

Laila Szafran

Capítulo 1

Karen Suassuna
Olivier Lange
Lara Suassuna (in memorian)
A.A.
Letícia Coutinho Lobach
Mateus Suassuna





Agente do Ibama observa avião sendo destruído em garimpo ilegal na TI Yanomami, em Roraima: após quatro anos de desmonte, a autarquia volta a funcionar



OBSERVATÓRIO
DO CLIMA